



UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA  
INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA

**centro de estudos sobre áfrica**

Colecção "DOCUMENTOS DE TRABALHO" nº 6

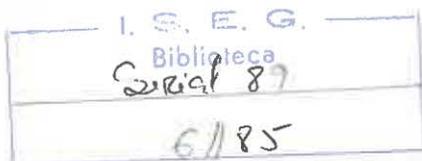
Isabel Salavisa

A INDUSTRIALIZAÇÃO ARGELINA:

balanço de uma experiência

L 89

1 9 8 5



OS TRABALHOS REPRODUZIDOS NESTA COLEÇÃO SÃO DA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES. O CESA NÃO CONFIRMA NEM INFIRMA QUAISQUER OPINIÕES NELES EXPRESSAS:

### APRESENTAÇÃO

"A Industrialização Argelina" é, no essencial, o relatório apresentado pela Dra. Isabel Salavisa Lança em 1983-84 na disciplina de "Experiências de Desenvolvimento em África" do Curso de Mestrado em Economia do I.S.E.. Os trabalhos de pesquisa foram elaborados sob a responsabilidade do Prof. Doutor Jochen Oppenheimer.

Este relatório corresponde a uma tentativa de balanço crítico da experiência de industrialização na Argélia na base de uma bibliografia ampla e actualizada.

A sua publicação na colecção 'Documentos de Trabalho' justifica-se dado o seu interesse para a discussão das estratégias de desenvolvimento em África, e também pela sua qualidade em termos didáticos.

ISE, Outubro de 1985

A Comissão Coordenadora do CESA



1. INTRODUÇÃO

2. A INDUSTRIALIZAÇÃO ARGELINA

2.1 Fundamentos teóricos da industrialização argelina

2.1.1 A prioridade à produção de bens de produção: o modelo de Fel'dman-Mahalanobis

2.1.2 A estratégia das indústrias industrializantes

2.1.2.1 Apresentação sucinta

2.1.2.2 Uma apreciação da estratégia das indústrias industrializantes

2.2 As etapas da industrialização

2.2.1 A implantação das indústrias básicas (1967-1977)

2.2.1.1 O investimento

2.2.1.2 A produção

2.2.1.3 O emprego

2.2.1.4 As transformações preconizadas

2.2.2 A fase de transição (1978-79)

2.2.3 O plano quadrienal 1980-1983

2.3 Aspectos e conseqüências específicas da industrialização

2.3.1 A dependência tecnológica

2.3.1.1 A compra de tecnologia estrangeira: dimensão do fenômeno

2.3.1.2 Estratégia de aquisição de tecnologia

2.3.1.3 A dependência tecnológica crescente

2.3.1.4 Balanço

2.3.2 O modelo de financiamento

2.3.2.1 O financiamento externo

2.3.2.2 As fontes de financiamento interno

2.3.2.3 Síntese

2.3.3 Algumas considerações sobre o papel da agricultura na industrialização argelina

2.3.3.1 As transformações verificadas depois da independência

2.3.3.2 Estagnação e déficit alimentar

2.3.3.3 A agricultura como fornecedora de mercados e de inputs industriais

2.3.3.4 Dirigismo estatal e burocracia

2.3.3.5 A importância da mobilização do excedente agrícola

3. ALGUMAS QUESTÕES SOBRE OS ASPECTOS POLÍTICOS E SOCIAIS



### 1. Introdução

Procuo neste relatório abordar a industrialização argelina no pós independência. Num prazo relativamente curto - duas décadas - os governos do país, obedecendo a um programa claramente definido, dirigiram com grande tenacidade um processo de industrialização. As paisagens industrial e agrícola, económica e social saíram desse processo profundamente transformadas.

A minha preocupação central foi tentar conhecer e compreender as transformações ocorridas, as suas ligações e de que modo, uma vez posto em acção, o processo se autonomizou e criou uma dinâmica própria, razoavelmente independente do projecto de partida. Não tive nem tenho interesse em fazer um balanço sumário, e por isso alinharei em conclusão apenas algumas ideias mestras.

Em primeiro lugar por me não ter sido possível no âmbito duma pesquisa como esta e com as ferramentas de que actualmente disponho, empreender o estudo das condições sociais de industrialização que reputo indispensável, ou seja, ultrapassar o campo economicista em que a análise se circunscreve ao económico. Uma série de insucessos económicos pode-se dever não à inépcia mas às exigências e às influências não-económicas. À racionalidade económica juntam-se (e sobrepõem-se muitas vezes) outras racionalidades.

Em segundo lugar, porque permanecem muitas dúvidas. Por exemplo, sobre os custos da industrialização. Nos países actualmente mais evoluídos do ponto de vista económico pagaram-se preços elevadíssimos em troca do progresso industrial e tecnológico. Só a título de exemplo, entre 1840 e 1920, 60 milhões de europeus emigraram numa população total de 300 milhões em 1900 (1).

Julgo que só a paixão ideológica pode escamotear estes factos. E só ela pode explicar que se façam balanços precipitados e drásticos das experiências de desenvolvimento dos países dominados. Mas se o balanço deve ser prudente a análise teórica tem de ser o mais rigorosa possível.

Da minha pesquisa resultaram algumas ideias que assumo como meras hipóteses de trabalho a explorar adiante, quer sobre o tema argelino quer,

---

(1) Sankel, Osvaldo, "The Development of Development Thinking" in Transnational Capitalism and National Development, Ed. Villamil, p. 29.



## 2. A INDUSTRIALIZAÇÃO ARGELINA

### 2.1. Fundamentos teóricos da industrialização argelina

Os trabalhos de De Bernis são reconhecidos como a fonte teórica fundamental das opções argelinas de industrialização e, particularmente, os seus artigos "Industries industrialisantes et contenu d'une politique d'intégration régionale" (1966) e "Les industries industrialisantes et l'intégration économique" (1968) (1). Mas é impossível ignorar que De Bernis por seu turno radica, por um lado, em Perroux e, por outro, nos modelos e na experiência de industrialização soviética consubstanciados no modelo originário de Fel'dman, posteriormente reformulado por Mahalanobis para o caso indiano. A primeira tarefa parece assim ser a análise deste modelo (2) que, em termos muito simplificados aponta para a prioridade à indústria de bens de produção, para as unidades de grandes dimensões e altamente capitalísticas. A segunda tarefa será o confronto do modelo teórico com a experiência concreta da Argélia. Para, em fase posterior, tentar um balanço da industrialização argelina.

#### 2.1.1. A prioridade à produção de bens de produção: o modelo de Fel'dman/Mahalanobis

Como é sabido Fel'dman foi incumbido pelas autoridades soviéticas de preparar a base teórica dum plano prospectivo e as suas conclusões originaram um artigo publicado em 1928, o qual veio a ser divulgado por Domar, em 1957, numa versão algo keynesiana (3).

Sem pretender uma descrição do modelo de Fel'dman convém, contudo, resumir alguns dos seus aspectos mais salientes. O objectivo explicitamente arunciado é a maximização do crescimento nacional e, por conseguinte, do consumo privado no longo prazo, objectivo em última instância de toda a produção nacional. Para tanto, Fel'dman, inspi

(1) O primeiro artigo publico em Economie Appliquée, Tome XIX, no 3-4, 1966, pp. 415-473 e o segundo na mesma revista, Tome XXI, nº1, 1968, pp. 41-69. A este último não consegui aceder.

(2) Neste ponto inspirei-me em Ilmane, M.-C., Internationalisation du Capital et Industrialisation du Tiers Monde, Louvain, 1961.

(3) E. Domar, "A soviet model of growth" in Essays in Theory of Economic Growth, 1957, Oxford University Press. A preocupação de Domar é, um pouco à Tinbergen, procurar os pontos de convergência e inspiração mútua entre as teorias e os modelos de crescimento, keynesianos dum lado, marxistas do outro.

rando-se nas secções produtivas de Marx, propõe um corte do sistema produtivo em dois sectores ou categorias (na terminologia de Domar): sector I, produtor de meios de produção (o seu produto <sup>destina-se</sup> ao investimento); e sector II, produtor de bens de consumo, incluindo as respectivas matérias-primas (o seu produto final <sup>destina-se</sup> ao consumo).

Dentro do leque de hipóteses simplificadoras é útil reter as seguintes: o capital é o único factor escasso; a economia é fechada; não existem "lags" nem estrangulamentos; os preços são constantes; não existem gastos estatais; os activos são permanentes, ou seja, não sujeitos a depreciação e logo não existe investimento de reposição; os coeficientes de capital em ambos os sectores são constantes; e, por último, estes são estanques entre si o que se traduz por a economia ser objecto duma partição exclusiva entre as duas secções, por a produção ser independente do consumo e ainda por o capital instalado não poder ser transferido dum sector para outro.

É interessante chamar a atenção desde já para três questões subjacentes ao corpo das hipóteses:

- o crescimento que vem a ser considerado é um crescimento extensivo do ponto de vista do capital (e intensivo do ponto de vista do trabalho), quer dizer, o crescimento faz-se mediante a conversão de recursos em meios de produção materiais, numa determinada proporção (o que tem subjacente uma discutível concepção de progresso técnico) (1);
- existe não apenas uma separação, mas uma oposição entre os sectores I e II, ideia a que me parece útil voltar a propósito de De Bernis;
- a economia é fechada [no essencial], de que decorre, nas palavras de Domar que "without well-developed metal, machinery, and subsidiary industries (the complex of the so-called heavy industries) [a economia] is unable to produce a sizable quantity of capital goods and

(1) Admite-se geralmente que os países subdesenvolvidos em arranque industrial têm um coeficiente marginal (e médio) de capital mais elevado do que o dos países desenvolvidos; os progressos no desenvolvimento fariam baixar este coeficiente. A este propósito vide Ilmane, op. cit., p. 171.

thus to invest a high fraction of its income, however high its potential saving propensity may be" (Domar, op. cit.).

A variável instrumental é a parcela do investimento global atribuída ao sector I ( $0 \leq \gamma \leq 1$ ). Se o objectivo do planificador for a maximização do rendimento nacional ou do investimento num certo período temporal, dos valores acumulados respectivos durante um certo período ou, finalmente, das suas taxas de crescimento,  $\gamma$  deve ser fixado tão alto quanto possível. É possível provar, de igual modo, quanto ao consumo que, para horizontes temporais longos, um elevado  $\gamma$  tem consequências benéficas e só para períodos curtos tem um efeito depressivo.

No modelo de Fel'dman o emprego foi tratado de forma marginal. Partindo de uma fórmula simples segundo a qual a taxa de crescimento do rendimento líquido total é igual à soma da taxa de crescimento do número de operários com a da produtividade média ( $t = g_L + g_{Y/L}$ ) é possível afirmar que ele privilegia, para obter um  $t$  máximo, a maximização de  $g_{Y/L}$  (produtividade), de que resulta um  $g_L$  (emprego) minimizado. Mas Fel'dman prevê, no longo prazo, uma extensão considerável do emprego.

Mahalanobis debruça-se com mais detalhe sobre o problema do emprego. Para isso recorre à divisão do sector de bens de consumo em dois subsectores: produção industrial, produção artesanal e serviços de educação, de saúde, etc. Então, para maximizar o emprego, tendo em conta a restrição dum  $\gamma$  elevado, deve-se afectar o investimento disponível para a secção de bens de consumo, preferentemente à produção artesanal e aos serviços.

Transparece nítida nesta argumentação, sumarissimamente apresentada, uma oposição entre curto e longo prazo, ou melhor, um conjunto de conflitos consumo/acumulação, emprego/rendimento nacional, etc, irresolúveis no curto prazo mas harmoniosamente conciliáveis no longo prazo. O curto prazo é o lugar dos conflitos, o longo prazo é o lugar das compatibilidades. Este antagonismo teórico e metodológico, que não deixa de ter bases reais em economias dominadas pela escassez, pode ser vir, acompanhado de outros elementos, para sustentar a legitimidade de certos poderes, como referirei adiante. Seja como for, a "ultrapassagem" argelina desta contradição fornece abundante matéria de reflexão.

Quais as críticas mais vulgares a estas teses industrialistas?

- por um lado, a maximização da taxa de acumulação e do seu ritmo de crescimento não pode ignorar o aparecimento de limites económicos e sociais, que são sinteticamente resumidos por Horvat<sup>(1)</sup> na noção de capacidade de absorção do investimento de cada formação social;
- por outro lado, não é aceite como indiscutível a prioridade da secção de meios de produção, em ordem à maximização do crescimento.

Partindo do questionamento da constância do coeficiente de capital, e verificando que a produtividade marginal do investimento é uma função decrescente da taxa de investimento e que se torna nula antes desta taxa atingir os 50% (2), Horvat propõe o conceito de capacidade máxima de absorção duma economia e, curiosamente, através dela introduz os problemas técnicos e sociais causados pela reorganização da produção de modo a absorver o investimento, reorganização esta que exige uma contínua readaptação do conjunto da estrutura social.

Vejamos de que depende a capacidade de absorção e a sua evolução. Para Horvat ela depende, em última análise, das chamadas despesas produtivas, as quais se destinam a melhorar a produtividade do trabalho, de forma directa ou indirecta, e que se podem discriminar em: consumo individual, estado de saúde da população, nível geral de conhecimento e de formação; organização político-económica, e outros factores residuais. Sem abandonar o terreno e a linguagem dos economistas, Horvat veio lembrar o papel não passivo do trabalhador no processo de crescimento (ainda que na hipótese de reserva ilimitada de mão-de-obra e, portanto, com a possibilidade de praticar salários industriais apenas um pouco acima do mínimo de subsistência corrente nas vastas zonas rurais, como Lewis, Ranis e Fei mostraram)

O problema do ritmo de crescimento económico e da taxa escolhida de acumulação depara igualmente com a impossibilidade de reduzir o consumo abaixo de certos níveis, socialmente determinados, como Kalecki<sup>(3)</sup> claramente formalizou no seu modelo de crescimento em economia socialista. Isto, que parece também uma evidência, teve a vantagem de

- 
- (1) Horvat, B., "The optimum rate of investment", *Economic Journal*, 1958. Referido por Ellman, vide nota seguinte.
  - (2) Vide Ellman, *Socialist Planning*, Cambridge University Press, 1979, pp. 116-117.
  - (3) Vide Kalecki, Michal, "Introdução à Teoria do Crescimento em Economia Socialista", Prelo Editora, Lisboa, 1978.

chamar a atenção para a necessidade de especificar a avaliação social no trade-off entre consumo e investimento. É claro que Horvat e Kalecki, economistas socialistas, beneficiaram duma experiência que Fel'dman não podia obviamente ter. Mas o que se pode avançar, desde já, é o pendor técnico do modelo de Fel'dman, reencontrado nos seus seguidores e que se resume no seguinte: uma vez centralizados os meios de produção e o poder de decisão económica, a acumulação e a repartição tornam-se assunto do Estado e assumem a aparência duma recíproca autonomia. Uma vez entregues os problemas da repartição do rendimento às decisões administrativas, a acumulação torna-se livre de se transformar numa questão essencialmente técnica.

O segundo problema diz respeito à prioridade do desenvolvimento da secção de meios de produção de modo a maximizar, no longo prazo, o crescimento económico. Ilmane (op. cit., pp. 122-129) procura demonstrar que o debate soviético da década de vinte (em que sobressaíram Preobrajensky, Boukharine, Shapine - este propugnando a rápida expansão do sector de bens de consumo e da indústria ligeira ligada à agricultura e à exportação (1) -, Fel'dman, etc.), não foi cabalmente resolvido do ponto de vista teórico - e na verdade, não conheceu uma única resposta em termos práticos, se tivermos em conta as opções chinesas. Da sua investigação Ilmane conclui que a referida prioridade está longe de poder constituir uma lei da acumulação (2).

## 2.1.2. A estratégia das indústrias industrializantes

### 2.1.2.1. Apresentação sucinta

No seu artigo já referenciado de 1966 De Bernis, assumindo explicitamente a sua inspiração na obra de Perroux, propõe-se autonomizar os efeitos de industrialização dentro dos efeitos motores e de arrastamento perrouxianos, recorrendo à famosa concepção de indústria

(1) Vide Ellman, op. cit., pp. 124-125.

(2) Julgo que aqui, apesar do evidente interesse da sua argumentação, Ilmane escuece o enquadramento político, social e militar que implica que, quando Fel'dman assume a hipótese de economia fechada, não o faça por simplificação analítica. Penso, todavia, que a argumentação exposta por Ilmane reduz o alcance do célebre primeiro teorema de Fel'dman, retirando-lhe o carácter de generalidade, no seu próprio terreno. Apesar de este ter implícito o objectivo de maximizar a produção através dum desenvolvimento autónomo que significava, então, autárquico.

lização como "a reestruturação dum conjunto económico e social sob a influência de complexos de máquinas" (Perroux) (1).

Avançando o reconhecimento empírico de que certas indústrias industrializam, enquanto outras não, o autor propõe uma primeira definição de indústria industrializante como "l'industrie ou le groupe d'industries dont la fonction économique fondamentale est d'entraîner dans son environnement localisé et daté un noircissement systématique ou une modification structurelle de la matrice inter-industrielle et des transformations des fonctions de production, grâce à la mise à la disposition de l'entière économie d'ensembles nouveaux de machines qui accroissent la productivité de l'un des facteurs ou la productivité globale et, en tout cas, un accroissement de la maîtrise de l'homme sur sa production et son produit. Ces transformations induisent, à leur tour, une restructuration économique et sociale et une transformation des fonctions de comportement dans l'ensemble considéré, la rénovation des structures sociales constituant à la fois et tour à tour une condition et une conséquence du processus d'industrialisation" (2).

Posto isto, a preocupação do autor é identificar quais as indústrias industrializantes. O que é interessante assinalar é que De Bernis distingue entre as indústrias que tiveram sempre um papel industrializante (onde inclui a siderurgia e a energia) e aquelas que só o tiveram em certas fases e contextos (extractiva, no século XVIII, e têxtil e caminhos de ferro, no século XIX). As primeiras constituem a base de toda a indústria.

Considerando as possibilidades e necessidades dos países subdesenvolvidos, estes só podem levar a cabo a industrialização na condição de queimarem etapas, visto que o núcleo a reter de indústrias industrializantes inclui, nesta segunda metade do século XX, indústrias modernas ou mesmo "inteiramente novas". Esse núcleo é constituído, segundo De Bernis, por:

- a siderurgia, e a mecânica que dela deriva (em particular, o sector da fabricação de máquinas e o equipamento de transportes industriais);

(1) Citado por De Bernis, (1966), op. cit..

(2) De Bernis, (1966), op. cit., p. 419.

- a química, em particular os sectores dos adubos e dos plásticos, porque eles constituem quer elementos indispensáveis para uma modernização da agricultura quer, cada vez mais, equipamentos indispensáveis;
- as indústrias electrónicas, pela sua contribuição essencial para o equipamento industrial, para o tratamento e propagação da informação;
- e, por fim, os modernos centros de energia.

O autor assinala que estas indústrias têm três

características comuns:

- são de grandes dimensões, porque segundo ele "les effets de miniaturisation n'ont pas encore pénétré dans ces secteurs" (neste aspecto é evidente o carácter datado do texto, vide o exemplo recente das minisiderurgias). Esta característica implica para o A. a imperatividade de uma política de integração regional, em ordem à extensão dos mercados;
- cabem todas no sector dos bens de produção, de modo a permitir ao país em vias de industrialização escolher o seu ritmo de fabricação do capital em termos reais e, através do domínio das primeiras fases do processo de produção, assegurar uma utilização mais rápida do progresso técnico;
- são altamente capitalísticas.

De Bernis não ignora o conteúdo controverso destas opções em países em que mais de 75% da população vive da agricultura, em condições próximas do mínimo vital fisiológico. Portanto, a industrialização obriga à modernização da agricultura a qual deve fornecer, no futuro, um mercado crescente para os bens industriais e, simultaneamente uma fonte de excedente mobilizável (pelo imposto, pelo sistema de preços <sup>relativos</sup> ou pela compra de equipamento). Os progressos agrícolas a introduzir dividem-se em dois tipos: "progressos na organização", a que

se poderia chamar a reforma agrária no sentido lato, e os "progressos no equipamento", estes englobando a melhoria de equipamento agrícola, o recurso aos adubos, as matérias plásticas e ao cimento.

Deste modo, em vez de oposição ter-se-á uma complementaridade de desenvolvimento agrícola e industrial. Mas, o A. admite poder ultrapassar a oposição entre consumo e acumulação caracterizada por Fel'dman - Mahalanobis não apenas introduzindo a variável tempo nas escolhas a tomar (caso Fel'dman) mas, e indo mais longe que Mahalanobis, aproveitando as virtualidades do sector tradicional de subsistência agrícola e o sector artesanal através dos "progressos em organização" os quais parecem susceptíveis de melhorar a produtividade agrícola e o nível de vida camponês com investimento reduzido. A segunda forma de ultrapassagem que o A. aponta são os efeitos industrializantes, cuja propagação deve ser organizada através da planificação.

#### 2.1.2.2. Uma apreciação da estratégia das indústrias industrializantes

Julgo ser possível abordar as propostas de De Bernis a três níveis distintos:

Um 1º nível, dizendo respeito à utilização que é feita do modelo de input-output e, em particular, à identificação dos ramos prioritários.

Nesse nível de debate cabe a polémica protagonizada por Andreff, Hayab, Auray, Duru e Mougeot (1).

Um 2º nível, diz respeito ao carácter tecnicista do modelo de industrialização proposto, já referido a propósito do modelo original de Fel'dman e que vou detalhar em duas direcções: a insuficiente tomada em consideração dos aspectos especificamente sociais da industrializa-

(1) Vide os artigos de Andreff, W. e Hayab, A. "Les priorités industrielles de la planification algérienne sont-elles vraiment 'industrialisantes'?", Revue Tiers Monde, Tome XIX, nº76, Oct.-Déc. 1978, pp. 867-892 e de Auray, J.-P.; Duru, G. e Mougeot, L., "Peut-on définir de manière univoque l'industrie industrialisante?", Revue Tiers Monde, T. XXIII, nº87, Juillet-Sept. 1981, pp. 585-601.

ção; a ausência dum modelo global de acumulação que integre num todo dinâmico acumulação e repartição, e não se refira a esta última de modo meramente marginal ou, por ricochete, a propósito dos problemas de financiamento da industrialização; julgo que estes dois eixos permitirão "apanhar" alguns dos aspectos da questão agrária<sup>(1)</sup> nas formações sociais subdesenvolvidas se bem que, com efeito, esse é todo um mundo a explorar, mesmo estritamente nas suas ligações à industrialização, que sai do âmbito que me proponho;

Um 3º nível, diz respeito à integração desta estratégia de industrialização com a divisão internacional do trabalho;

#### 2.1.2.2.1. Os ramos prioritários

Andreff e Hayab procuraram verificar quais os ramos prioritários da industrialização argelina, digamos que "a posteriori". Para tanto recorreram à triangulação do quadro de entradas e saídas argelino (de 1973), de modo a isolar as indústrias industrializantes.

A adopção dum critério de escolha dos sectores resulta da interpretação que os autores fazem da definição de De Bernis para indústria industrializante e vem a resultar, em termos práticos, na selecção dos ramos que aparecem na intersecção das partes medianas das hierarquias industriais obtidas por triangulação da matriz de inputs e da matriz inversa.

Nessa intersecção figuram os seguintes ramos, os quais devem ser considerados como industrializantes, dada

---

(1) As estratégias soviética e argelina se bem que do ponto de vista da fundamentação teórica não muito diversas, vieram a revelar-se do ponto de vista prático bastante diferentes e a questão camponesa é precisamente uma das diferenças essenciais. O carácter "intocado", marginal, do campo (apesar do êxodo rural maciço), permitido pelo tipo de acumulação argelina não corresponde, de modo nenhum, ao caso soviético.

a intensidade e multiplicidade de efeitos que objectivamente induzem no sistema produtivo representado na matriz interindustrial:

- o gás natural;
- os produtos petrolíferos refinados;
- as indústrias metálicas;
- as indústrias eléctricas;
- os adubos e pesticidas;
- a química de aplicação.

A opção argelina havia sido, contudo, uma industrialização bipolar à volta de hidrocarbonetos e da siderurgia, rodeados por um conjunto de indústrias (mecânica, adubos e pesticidas, produtos químicos de base), a configurar o tecido industrial. O conjunto destes ramos industriais absorveu mais de 75% do investimento industrial nos dois primeiros planos quadrienais.

Ora os resultados de Andreff e Hayab indicam que a siderurgia, apesar de juntamente com os produtos petrolíferos haver absorvido cerca de 60% do investimento industrial, não figurava como indústria industrializante.

As conclusões que eles retiram da análise comparativa dos resultados são:

- que a industrialização levada efectivamente a cabo foi uma industrialização unipolar à volta dos hidrocarbonetos e não, como programado, centrada simultaneamente em dois pólos: hidrocarbonetos e siderurgia. Esta conclusão parece reforçada pelo facto de a siderurgia estar, nomeadamente na linha de produtos planos (complexo de El-Hadjar), em grande medida, ao serviço da expansão dos hidrocarbonetos;
- que se havia registado um fenómeno

de abafamento das indústrias constitutivas do tecido industrial, as quais haviam recebido apenas 15% do investimento industrial, pelo núcleo (com a sua parte de leão de cerca de 60%);

- que, finalmente, a indústria charneira (a siderurgia) parecia ter sido mal escolhida. A escolha deveria antes ter recaído na química de aplicação (prolongada pela borracha, matérias plásticas e têxtil sintético).

De tudo isto os autores concluem pelo "falhanço relativo da estratégia de desenvolvimento argelina". E vão mais longe. Contestam mesmo que a partir da análise fornecida pela história económica seja possível, na segunda metade do século XX, aceitar como motoras as indústrias referidas. Dizem eles que: "... on peut démontrer qu'en raison de mutations structurelles ayant affecté les différentes économies capitalistes, le développement industriel n'y repose plus, au XX siècle, sur les industries du secteur B [Nota: as indústrias pesadas clássicas]. Le rôle d'industries motrices ne revient plus aux industries lourdes, au même sens que précédemment, mais à des industries beaucoup plus "légères", où l'engagement en capital matériel et la valeur du capital par tête sont nettement moins importants que dans les anciennes industries industrialisantes du secteur B. Pour fixer les idées, il s'agit des industries telles que: l'automobile, la construction électrique et électronique, la chimie d'application et la parachimie, le caoutchouc, les matières plastiques et les instruments de précision." (op. cit. p. 881).

As novas indústrias motoras, além de menos capitalísticas que as anteriores, têm ainda em comum o facto de a sua produção se destinar a consumos intermédios e investimento, por um lado, e a consumo final, por outro, mais ou menos nas proporções da produção industrial total. O facto está associado à crescente integração vertical da produção nas chamadas fileiras e ao processo de valorização do capital através da criação de mercadorias - complexas (vide Falloix) ou bens mistos (na terminologia de Andreff).

A argumentação de Andreff e Hayab tem o mérito de pôr o dedo numa das "feridas": o processo de integração vertical tem sido acompanhado por uma desvalorização do capital das indústrias a montante, a ponto de podermos explorar a hipótese de algumas dessas indústrias básicas deverem transitar em bloco para o "conjunto das infraestruturas industriais", aparentadas do ponto de vista do processo de valorização, do financiamento e da propriedade efectiva (pública, mesmo que juridicamente em muitos casos o não seja) às outras infraestruturas, viárias por exemplo, como elas fornecedoras sobretudo de valores de uso (1). O seu papel será assim sobretudo o de criar economias externas (2).

Mas é preciso reconhecer que o problema continua em aberto, pois as indústrias clássicas, ainda que já não industrializantes, podem dever ser implantadas na sua função de infra-estrutura. A questão deve realmente ser colocada de outro modo, mas nem por isso fica resolvida. Remete, entre outras, para a questão da integração do país na economia mundial. Várias fragilidades do método e das conclusões de Andreff e Hayab são enunciadas por Auray, Duru e Mougeot (op. cit.). Sinteticamente:

- o conceito de indústria industrializante presta-se a várias interpretações em termos operacionais, de que a de Andreff e Hayab é uma entre outras;
- o recurso a um quadro de entradas e saídas é ambíguo quando se trata de medir modificações estruturais, as quais precisamente se trata de implementar;
- supondo justificada a utilização do quadro, não é possível definir uma hierarquia unívoca das prioridades industriais;

- 
- (1) Mas distintas por um conjunto importantíssimo de factores: necessidade, mobilidade, complementaridades com outros campos económicos ou sociais, utilização, etc, etc.
- (2) Neste sentido a indústria pesada argelina criaria economias externas quer para a indústria ligeira (e talvez privada....), quer sobretudo para o capital internacional fornecedor de produtos tecnológicos e seria, deste modo, apenas um elo do processo de valorização do capital internacional.

- por consequência, a procura duma coerência da planificação pode fazer aparecer escolhas de natureza diferente das apontadas por Bernis.

Este tipo de polémica, para além dos pontos explícitos avançados, tem o mérito de relativizar as opções industrialistas mesmo aquelas que, como em Bernis e depois em Andreff e Hayab, parecem estribadas em argumentos técnicos irrefutáveis (1).

Como ponto explícito essencial chamo a atenção para o seguinte: a industrialização argelina girou fundamentalmente em torno do núcleo dos hidrocarbonetos. Os factos, análises e números parecem corroborar esta observação de Andreff e Hayab.

#### 2.1.2.2.2. O carácter tecnicista do modelo teórico

Retomo as observações que fiz a propósito do modelo de Feldman. Que tipo de repartição está associado ao modelo de industrialização e ao tipo de acumulação preconizados? Ou ainda, posto de outra forma, a implantação num período relativamente curto de grandes unidades cobrindo um leque relativamente vasto de ramos industriais implica:

- uma mobilização e centralização maciças de recursos, de excedente económico convertível em divisas (porque os equipamentos têm de ser importados);
- um impacto profundo sobre as condições de formação e circulação do rendimento.

É então preciso avançar as condições da reestruturação do conjunto económico e social de que falava Perroux e, não apenas, quais os complexos de máquinas a instalar. Os pontos fra

(1) Tudo indica que outros eixos de coordenadas têm de ser acrescentados à análise, nomeadamente políticos e militares. Não haverá indústrias que, de facto, têm maiores "efeitos de poder" do que outras, pela centralização da acumulação que permitem e a que obrigam?

cos da estratégia argelina estão em grande medida (mas não só) "fora" do universo industrial: a estagnação da produção agrícola, o êxodo rural, o desemprego maciço, a dependência alimentar crescente, para obviamente não referir as que decorrem da sua articulação "industrial" com a economia mundial (dependência tecnológica, regime de monoexportação, etc.).

Admitamos que eles são custos inevitáveis e, portanto, constituem um preço a pagar. Subsistem, contudo, múltiplas interrogações:

- qual o tipo de tecido social que se tem vindo a cristalizar com base na conversão das condições de acumulação-repartição em curso?
  - em que medida é que esse tecido social é condicionante poderoso do desenrolar futuro do processo de industrialização, a ponto de o desviar ou tornar mesmo irreconhecível face ao programa de partida?
  - será possível figurar a existência duma indústria moderna e dotada das técnicas mais evoluídas sem a criação de formas correspondentes de repartição e de consumo, problemática enunciada por A. Lipietz sob a fórmula de "fordismo periférico"?
- (1).

---

(1) O rápido crescimento dos países capitalistas no pós-guerra tem sido associado à harmonia dinâmica entre processos de valorização e realização ou, ainda, entre o grau atingido de centralização e concentração do capital, sob hegemonia do capital monopolista e financeiro, e a organização da relação salarial (fordismo). Nos trabalhos que conheço de De Bernis sobre a crise actual, este parece deter-se particularmente sobre os problemas de valorização do capital, por um lado, e, por outro, na articulação das economias nacionais com a economia mundial. Parece-me que eles prolongam até à actualidade a sua linha de pensamento, dominante já nos trabalhos de 60.

2.1.2.2.3. A estratégia das indústrias industrializantes face à divisão internacional do trabalho

A estratégia das indústrias industrializantes deveria constituir, na sua versão primitiva, uma alternativa para o desenvolvimento autónomo face aos decepcionantes resultados da industrialização por substituição de importações. Esta estratégia teve o seu campo de aplicação fundamental nos grandes países da América Latina na década de cinquenta, mas também na Coreia do Sul e em Taiwan até aos anos sessenta (1).

Baseada numa fase inicial no desenvolvimento dos sectores de bens de consumo duradouro, visava promover uma integração sectorial para montante, muitas vezes com o apoio do Estado (criação de indústrias básicas) defendida da concorrência internacional por um forte proteccionismo. Ela parte da procura "a priori" existente em certos estratos populacionais. Cedo esbarra com limites que decorrem:

- da insuficiência da procura interna, mercê particularmente do tipo de estruturas sociais e repartição do rendimento nesses países;
- da necessidade de recorrer à importação maciça de bens de equipamento, o que origina dificuldades de pagamentos externos;
- e, finalmente, da falta de competitividade das suas indústrias quando se torna necessário impulsionar fortemente as exportações para cobrir ou atenuar o défice comercial.

O tipo de modelo de consumo "mimético" em que se apoia e que objectivamente promove, induz a implantação das empresas multinacionais para tornear as barreiras alfandegárias. A prazo, as experiências de vários países parecem confirmá-lo, esta estra

(1) Sobre as estratégias de industrialização vide Michalet, C.-A., "Le défi du développement indépendant", Paris, Rochevignes, 1983.

tégia desemboca quer na dependência tecnológica e financeira quer na necessidade de passar a uma fase de promoção de exportações. Vários países seguiram esse percurso, a saber Taiwan e Coreia do Sul e, na América Latina, o Brasil e o México.

A estratégia de industrialização por promoção de exportações surgiu assim, em alguns casos, como a negação/superação da via do "import substitution". Mas os seus pressupostos - livre acesso às matérias primas e bens intermédios necessários às indústrias exportadoras, mão de obra abundante e barata, acolhimento activo ao investimento e à tecnologia estrangeiros, políticas cambial e monetária adequadas - foram igualmente reunidos em alguns pequenos Estados como Hong-Kong e Singapura. Embora se tenha revelado possível uma certa industrialização para juzante, como no caso da Coreia do Sul a partir do têxtil, esta estratégia é insusceptível, pela sua própria natureza e propósitos, de estruturar um desenvolvimento auto-centrado.

A estratégia das indústrias industrializantes propunha-se, partindo duma opção bem mais radical, promover um desenvolvimento autónomo dos países subdesenvolvidos através da criação duma malha industrial razoavelmente completa a partir dum núcleo pesado. O seu objectivo é um certo desligamento do país em relação às dominações coloniais e neocoloniais e a conquista duma posição mais favorável na divisão internacional do trabalho. Três questões se põem desde já, tendo em conta obviamente a experiência da Argélia, particularmente a partir do 1º plano quadrienal (1970-73):

- 1º A implementação desta via exige a mobilização de meios financeiros extremamente avultados de que poucos países (petrolíferos nomeadamente) dispõem e obriga a uma importação maciça de tecnologia, como condição "sine qua non", que pode constituir uma porta a novos mecanismos de dominação;
- 2º Dadas as transformações nos mecanismos de valorização internacional do capital e a desvalorização

de segmentos inteiros a montante no processo industrial, é possível que esta estratégia se torne simplesmente a herdeira actualizada da estratégia de substituição de importações, ao incentivar a implantação de indústrias onerosas (1) pertencentes a ramos técnico-económicos condenados a produzir essencialmente valores de uso (vi de Palloix)(2);

- 3ª Tendo em conta a integração irreversível da economia mundial com a conseqüente interdependência crescente, expressa na internacionalização simultânea das trocas, da produção e dos circuitos financeiros, a busca duma estratégia económica para os países subdesenvolvidos deve passar pela análise e escolha das formas de integração possíveis e mais favoráveis, não podendo por essa razão obedecer a um modelo único e fixo. Na obra citada, Michalet trata extensivamente desta nova abordagem ao problema, de forma bastante estimulante.

## 2.2. As etapas da industrialização

Antes de passar a uma análise da experiência de industrialização argelina, é necessário organizar e inventariar alguma informa-

- 
- (1) E quase sempre impossíveis de rentabilizar numa óptica microeconómica ...
- (2) Sob este ponto de vista o essencial das suas dificuldades não seria mais do que a expressão da contradição entre valorização internacional (a curto prazo) e acumulação nacional (a longo prazo) sob regime de planificação central e visando o autocentramento.

ção (1) dentro de marcos temporais precisos. Esses marcos vão separar períodos da história recente da Argélia no que respeita a implementação das suas opções industriais. Podem-se distinguir as seguintes etapas:

- 1ª Uma fase de consolidação do poder político e de preparação para o lançamento da industrialização, desde a independência até ao plano trienal, exclusive (1962-66);
- 2ª A implantação das indústrias básicas argelinas dentro da ortodoxia do modelo apresentado, compreendendo o plano trienal e os dois primeiros planos quadrienais (1967-69, 1970-73 e 1974-77, respectivamente);
- 3ª Uma fase transitória de indecisão e reformulação das escolhas económicas e de sucessão política (1978-1979);
- 4ª O lançamento de alterações significativas nos objectivos e prioridades económicas, com o novo plano quadrienal (1980-83).

#### 2.2.1. A implantação das indústrias básicas (1967-1977)

##### 2.2.1.1. O investimento

##### 2.2.1.1.1. Repartição do investimento por grandes sectores

O quadro seguinte permite dar conta da dimensão do esforço de industrialização realizado, entre 1967 e 1977, pelos poderes públicos.

- (1) Para traçar as grandes linhas da industrialização argelina recorri fundamentalmente às seguintes obras: Ammour, Kader et al. La voie algérienne - les contradictions d'un développement national, Paris, Ed. François Maspero, 1974; Benissad, M.E., L'Économie Algérienne Contemporaine, Paris, Ed. P.U.F., 1980; Ilmane, M.-C., op. cit.. E a vários artigos de que destaco: Benachenou, A., "L'économie algérienne entre l'autonomie et la dépendence", Revue d'Economie Industrielle, nº14, 1980; Conseil économique et social (França), "Les Problemes de l'économie algérienne", Problèmes Économiques nº1854, 28/12/83; Judet, P., "L'économie algérienne et la logique de l'indépendance", Le Monde Diplomatique, Fev. 1979; Junous, D., "Rectification à Alger, nouvelle donne au Maghreb", Le Monde Diplomatique, nº356, Nov. 1983; Kromer, D.H., "Algérie: l'échec d'un modèle de développement et le retour au réalisme économique", Problèmes Économiques, nº1874, 16/5/84.

## Quadro 1

Investimentos públicos durante o período 1967-1977



(Previsão)

Unidade: Milhões de dinares

Sect. de investimento	P. tri. 1967-69		1ºP. qua. 1970-73		2ºP. qua. 1974-77	
	Montante	%	Montante	%	Montante	%
Agricultura	1.869	16,87	4.140	14,92	16.605	15,06
Indústria	5.400	48,73	12.400	44,70	48.000	43,53
Infraestrut. económi.	1.124	10,14	3.107	11,20	15.521	14,08
Habitação	413	3,72	1.520	5,48	8.300	7,53
Educação	912	8,23	2.720	9,80	9.947	9,02
Formação	127	1,15	587	2,12		
Turismo	285	2,57	700	2,52	1.500	1,36
Social	295	2,66	934	3,37	3.650	3,31
Equip <sup>o</sup> . colectivo	-	-	762	2,75	2.660	2,41
Equip <sup>o</sup> . administrat <sup>o</sup>	441	3,98	870	3,14	1.399	1,27
Estudos e diversos	215	1,94	-	-	2.675	2,43
<b>Total</b>	<b>11.081</b>	<b>100,00</b>	<b>27.740</b>	<b>100,00</b>	<b>110.257</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Relatórios gerais do I e II Planos Quádrienais. Retirado de Ilmane, op. cit., p. 153

No total dos 3 planos, ou seja, no período 1967-77, a indústria deveria absorver 44,1% dos investimentos programados enquanto que a agricultura (incluindo a hidráulica) seria contemplada com apenas 15,2% do total. Por ordem decrescente de importância seguiram-se a infraestrutura económica (13,2%); a educação-formação (9,6%); a habitação (6,9%); o social (3,2%) e o equipamento colectivo (2,3%).

O pendor industrialista revelado foi ainda reforçado no investimento efectivamente realizado:

## Quadro 2

Unidade: Milhões de dinares

	P. trienal 67/69	1ºP. Quad. 70/73	2ºP. Quad. 74/77
Invest.públic.globais	9.083	33.471	112.097
Invest.púb.na indústria	4.750	19.215	64.715
Parte relativa da indústria: %	52,3	57,41	57,73

Fonte: Vários documentos oficiais. Retirado de Ilmane, op. cit., p. 154

Como se vê no quadro 2 o investimento público de facto na indústria ultrapassou os 57% nos dois primeiros planos quadrienais, valor muito superior aos 43-44% previstos. É de notar que estes são investimentos directos, porque certamente uma parte dos investimentos que aparecem nas outras rubricas (nomeadamente infra-estruturas económicas) são investimentos indirectos.

Que razões podem explicar esta diferença tão acentuada? Fundamentalmente dois tipos de causas: a necessidade de proceder a reavaliações dos custos dos projectos e a ocorrência de sobrecustos, considerados como despesas "anormais" associadas a um projecto ou uma unidade produtiva particular. Parte desses sobrecustos tem origem na dependência tecnológica; outra parte na inexistência de economias externas numa escala semelhante à dos países desenvolvidos, o que implica despesas de instalação e funcionamento muito mais elevadas; e uma outra ainda nos atrasos que sobrevieram (1).

Este último fenómeno atingiu tal proporção que uma das tarefas principais do 2º Plano quadrienal era acabar os projectos em atraso do plano precedente (2).

São pertinentes ainda algumas observações aos quadros anteriores:

- a primeira é que a desproporção de dotações entre a agricultura e a indústria é reforçada pela repartição da população entre as duas: no início dos anos 70, 2/3 da população vivia da agricultura, valor que decairá ao longo da década (3).
- a segunda é o espectacular aumento do total de investimento público

(1) Pierre Judet assinala que o tempo de construção duma unidade industrial na Argélia é 2 vezes superior ao necessário num país industrializado (citado por Ilmane, op. cit., p. 178).

(2) Vide Benissad, op. cit., p. 19.

(3) Ammour, op. cit., p. 20.

sobretudo do 1º para o 2º plano quadrienais (3,3 vezes em termos efectivos). Apesar dos valores serem a dinares correntes e não a dinares constantes (1), eles exprimem um salto real, a que não é estranho a conjuntura mundial. Entre 1964 e 1977 as receitas petrolíferas argelinas foram multiplicadas por um número superior a 50! (2).

A que corresponde, em termos de taxa de esforço para a economia, o programa de investimentos públicos levado a cabo? É o que veremos a seguir.

#### 2.2.1.1.2. A taxa de acumulação

A taxa de investimento que era de cerca de 25% no início do 1º plano quadrienal (1970) elevou-se, ao longo deste, em termos médios, a 37% do PIB e, no plano seguinte, a 49%. Estes valores extremamente elevados propunham-se elevar a taxa de crescimento do PIB a 9,5% no 1º Plano (contra os anteriores 6,5%) e a 11,2% no 2º Plano (3).

O esforço de acumulação não podia deixar de se repercutir negativamente sobre outros elementos, nomeadamente o consumo. É o que se pode ver no quadro 3:

(1) Taxa média de inflação de 5% anuais entre 1969 e 1973 e de 8% entre 1974 e 1977 (Ilmane, p. 185/6).

(2) Pierre Judet, artigo citado.

(3) Ilmane, op. cit., p. 184.

## Quadro 3

Índices e Taxas de Crescimento do Investimento, do PIB e do Consumo

(Valores programados)

	1º Plano quadrienal 1969 = 100		2º Plano quadrienal 1973 = 100	
	Índices	Taxas cresc.º %	Índices	Taxas cresc.º %
PIB	144	9,54	153	11,2
Investimento	175	15,02	311	32,8
Rendimento	129	6,57	165	13,34
Consumo privado	123	5,31	152	11,03
População	114	3,33	115	3,49
Rendimento per capita	113	3,10	134	7,59
Consumo per capita	108	1,94	-	-
Despesas de funcionamento	122	5,01	-	-

Fonte: Relatórios gerais dos dois planos quadriennais. Retirado de Ilmane, op. cit., p. 185.

Vejamos a título de balanço precário os resultados verificados.

Em termos reais, porque como atrás se referiu a inflação média foi de 5% na vigência do 1º plano e de 8% no 2º plano, as taxas anuais de crescimento verificadas foram:

	<u>1º Plano</u>	<u>2º Plano</u>
PIB	7,9%	3,7%
Produção industrial	11,3%	1%
Consumo privado	4,3%	12,5%
Consumo real per capita	1%	4%
Despesas de funcionamento	10%	16%

(Dados retirados de Ilmane, op. cit., pp. 185-186)

Portanto, descontando a inflação, o crescimento da economia foi bem mais modesto que programado o que sugere uma baixa eficiência marginal do investimento, compreensível se se atender à série de fenômenos atrás citados a propósito da ultrapassagem do investimento previsto.

O consumo per capita é um bom indicador do esforço de acumulação em termos sociais: partindo dum nível muito baixo ele expandiu-se apenas a 1% ao ano, em termos reais, na vigência do 1º plano, portanto metade do previsto. Ilmane dá conta da existência de penúria, bichas e desenvolvimento de mercados paralelos porque, segundo ele, "os rendimentos distribuídos nomeadamente nas zonas urbanas são superiores à oferta disponível" (1). A economia argelina apresentava já os sintomas duma economia de escassez (2). A austeridade foi levada de tal modo longe que se inflectiu algo neste domínio durante o segundo plano.

Com a expansão dos assalariados urbanos (industriais e administrativos), com um nível de rendimento geralmente superior ao dos trabalhadores rurais, é admissível que, sob os números anteriores do consumo per capita, se oculte uma degradação real do nível de vida nas regiões camponesas. Adiante voltarei a este problema.

#### 2.2.1.1.3. O investimento industrial

À prioridade à indústria e à acumulação, seguem-se as prioridades estabelecidas dentro do universo industrial, em ordem a dar forma à estratégia das indústrias industrializantes.

---

(1) Op. cit., p. 186.

(2) No sentido em que Kornaï emprega esta designação.

Quadro 4

## Investimentos industriais previstos durante o período 1967-77

Unidade: Milhões de dinares

Ramos de investimento	P. tri. 1967/69		1º P. qua. 1970/73		2º P. qua. 1974/77	
	Montante	%	Montante	%	Montante	%
Hidrocarbonetos	2.295	41,89	4.573	36,88	19.500	40,62
Química	561	10,24	512	4,13	4.000	8,33
Energia	260	4,75	735	5,93	1.525	3,18
Minas	200	3,65	700	5,66	1.100	2,29
Siderurgia	1.200	21,90	1.900	15,32	5.865	12,22
Mecânicas, metálicas e eléctricas	215	3,92	1.275	10,28	6.238	13,00
Materiais de construc.	100	1,83	940	7,58	4.100	8,54
<b>Total Meios Produção</b>	-	<b>88,09</b>	-	<b>85,78</b>	-	<b>88,18</b>
Têxteis	185	3,38	515	4,15	1.420	2,96
Couro e peles	35	0,64	60	0,48	170	0,35
Agroalimentares	254	4,64	470	3,79	1.470	3,06
Madeira, papéis e div.	118	2,14	580	4,68	1.660	3,46
Artesanato	35	0,64	140	1,13	910	1,90
Estudos e diversos	20	0,37	-	-	42	0,09
<b>Total Bens de Consumo</b>	-	<b>11,81</b>	-	<b>14,23</b>	-	<b>11,82</b>
<b>Total</b>	<b>5.478</b>	<b>100,00</b>	<b>12.400</b>	<b>100,00</b>	<b>48.000</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Relatórios gerais do 1º e 2º planos quadrienais e outros documentos oficiais.

Retirado de Ilmane, op. cit., p. 161.

Efectivamente, e segundo o modelo teórico preconizava, cerca de 90% dos investimentos industriais previstos destinavam-se, no decurso dos 3 planos, à secção de meios de produção. Nesta, um pouco menos de metade seria absorvido pelos hidrocarbonetos, seguidos pela siderurgia no plano trienal e no 1º plano quadrienal e pelas indústrias mecânicas, metálicas e eléctricas no 2º plano quadrienal. O peso do núcleo (hidrocarbonetos + siderurgia) variaria nos três planos de 63,79% a 52,2% e, finalmente, a 52,84% do conjunto do investimento industrial (72,4%, 60,1% e 59,9%, respectivamente, se considerarmos só a secção de bens de produção), produzindo, na apreciação de Andreff e Hayab (vide Supra)

o abafamento das indústrias que deveriam estruturar o tecido industrial (química, mecânicas, metálicas e eléctricas).

Os desvios atrás referidos entre as previsões e as realizações, principalmente durante o 1º plano, vieram a repercutir-se, numa análise mais desagregada:

- numa importância acrescida dos bens de produção em relação ao planificado (86,89% contra os 85,78%) no primeiro plano quadrienal;
- acréscimo que deve ser atribuído principalmente aos hidrocarbonetos (43,1% em vez dos 36,9% previstos) e à siderurgia (17,2% contra 15,3%).

#### 2.2.1.2. A produção

Os planos previam que, tendo em conta o investimento realizado, a repartição sectorial do produto fosse a seguinte:

#### Quadro 5

#### Composição sectorial do PIB (programada)

Produção Ramos	1969	1973 (preços const. 1969 = 100)		1973 (preç. correntes)		1977 (p.cons 1973 = 100)	
	Estrut (%)	Estrut (%)	taxa anual de cresc.	Estrut (%)	t. anual de cres.	Estrut (%)	t. a. de c.
Agricultura	16,39	12,81	3,00	7,6	-3,86	4,93	4,25
Indústria	34,97	41,43	14,3	39,51	-	59,21	10,5
Transformadora	17,14	19,61	13,29	17,26	16,7	13,8	18,28
Hidrocarbonetos	17,83	21,82	15,22	22,25	23,31	45,41	8,56
Construção e Obras Públicas	6,97	10,91	22,54	12,68	35,32	10,75	20,4
Transportes	4,10	3,56	5,73	4,78	21,10	2,66	8,08
Serviços	12,30	9,96	3,93	12,42	16,80	8,37	13,35
Comércio	25,27	21,34	5,02	23,00	13,78	14,08	10,67
PIB	100,00	100,00	9,55	100,00	16,50	100,00	11,15

Fonte: Ilmane, op. cit., p. 155.

A indústria devia passar de 35% do PIB em 1969 para 59% em 1977. Destes 59%, contudo, mais de 45% provinham dos hidrocarbonetos. Com efeito, a parte da indústria transformadora declinará de 17% em 1969 para 14% em 1977. No mesmo período, a agricultura regressará de 16% para 5% e o terciário (transportes, serviços, comércio) de 42% para 25%. Em termos relativos, além dos hidrocarbonetos, só a construção e obras públicas aumentaria (de 7% para 11%).

Os valores a preços constantes omitem a profundíssima alteração do sistema de preços produzida na economia argelina durante a década de 70. A título de exemplo, comparem-se os números a preços constantes e a preços correntes para o ano terminal do primeiro plano quadrienal. A agricultura aparece muito mais "penalizada" a preços correntes, o que sugere uma desvalorização relativa do sector em relação aos restantes e não apenas uma retracção em volume.

Os dados do quadro 5 são valores programados. A realidade revelou-se algo diversa porque a inflação ultrapassou as previsões. O crescimento do PIB, após a correcção devida à inflação, ficou-se pelos 7,9% ao ano durante o 1º plano quadrienal e pelos 3,7% durante o segundo. Do mesmo modo o produto industrial teria crescido em termos reais a uma taxa média de 11,3% (contra os 14,3% programados) e 1% (contra os 11% programados), respectivamente no 1º e 2º planos quadrienais.

Vejamos, com um pouco mais de detalhe, o que se passou no interior da indústria. Podemos resumir os principais aspectos como segue:

- as previsões indicavam que a secção de bens de produção seria responsável por cerca de 85% do crescimento do produto industrial;
- os hidrocarbonetos, só por si, contribuíram em 65 a 75% para o crescimento industrial (e essencialmente através do petróleo bruto e do condensado, tendo um peso muito reduzido o petróleo refinado e o gás liquefeito), durante os dois planos quadrienais;
- 30% do crescimento do PIB ficaria a dever-se, no decurso do 2º plano, exclusivamente à evolução dos hidrocarbonetos.

Em termos de realizações:

- a secção de meios de produção ficou aquém da contribuição prevista o que, conjugado com a ultrapassagem das autorizações de investimento que lhe foram atribuídas, particularmente no 1º plano, significa uma eficácia do capital menor que a esperada;
- a espectacular evolução dos hidrocarbonetos, sobretudo no 2º plano, deveu-se ao "boom" dos preços e não a aumentos muito significativos de volume. Os produtos refinados, inclusive, caíram em quantidades físicas de 1973 a 1977;
- a parte do sector público na produção industrial elevou-se extraordinariamente, passando de 34% em 1969, a 75% em 1973 e a 81% em 1977.

#### 2.2.1.3. O emprego

Dadas as escolhas feitas em matéria tecnológica, o peso da indústria no investimento e na produção não tem qualquer espécie de equivalente com o seu peso no emprego e na criação de emprego, mesmo excluindo o sector agrícola.

Assim a sua participação no volume de emprego não agrícola passaria de 13,7% em 1966 a 20% em 1973 e a 19,6% em 1977.

Entre 1967 e 1977, não criaria mais do que 24% do emprego não agrícola. Nesse período, o peso da construção e obras públicas conhecia um aumento muito significativo ao contrário do terciário em regressão.

## Quadro 6

## Composição do emprego não agrícola (1967-1977)

	1966.		1973				1977			
	Emp <sup>8</sup> 10 <sup>3</sup>	Est <sup>8</sup> (%)	Emp <sup>8</sup> 10 <sup>3</sup>	Est <sup>8</sup> (%)	Aum. 10 <sup>3</sup>	Taxa cres. anual	Emp <sup>8</sup> 10 <sup>3</sup>	Est <sup>8</sup> (%)	Aum. 10 <sup>3</sup>	Taxa cres. anual
Indústria	100	13,7	242	20,0	142	13,46	327	19,60	85	7,82
Construção e Obras P.	70	9,59	190	15,7	120	15,33	328	19,66	138	14,63
Transportes	50	6,85	76	6,28	26	6,16	95	5,70	19	5,74
Serviços	140	19,18	180	14,88	40	3,66	240	14,39	60	7,46
Comércio	190	26,03	225	18,60	35	2,44	275	16,49	50	5,14
Administração	180	24,66	297	24,55	117	7,42	403	24,16	106	7,93
<b>Total</b>	<b>730</b>	<b>100,00</b>	<b>1.210</b>	<b>100,00</b>	<b>480</b>	<b>7,49</b>	<b>1.668</b>	<b>100,00</b>	<b>458</b>	<b>8,36</b>

Fonte: Retirado de Ilmane, op. cit., p. 158

Nota: Os valores de 1966 e 1973 são estimações, os de 1977 projecções.

Não admira, por conseguinte, que, criando o sector mais dinâmico da economia relativamente pouco emprego, apesar de absorver o grosso do investimento, os problemas de desemprego se avolumassem ao longo da década passa na Argélia, como se verá.

Com efeito, o custo de criação de um posto de trabalho cresceu extraordinariamente em termos médios, durante a fase em estudo, apesar da política bastante nítida a partir de certa altura da multiplicação de lugares administrativos nas grandes sociedades nacionais (1).

Através duma análise mais detalhada é possível concluir que as indústrias de bens de consumo têm uma grande importância neste domínio, como aliás seria de esperar.

(1) Judet afirma no artigo citado que : "Il semble plutôt que toutes les grandes sociétés nationales ont dû composer avec la pression d'une très forte demande d'emploi, en peuplant leurs bureaux, davantage que leurs ateliers, d'effectifs en surnombre au détriment de la productivité et de la production". A mesma observação é feita por Ilmane (op. cit., p. 160)

Quadro 7

Repartição do emprego industrial

	1969/70	1973/74	1976/77
Secção I (público)	52,5 (38,7)	62,1 (52,3)	66,6 (58,4)
Secção II (público)	47,5 (32,6)	38,9 (20,5)	33,4 (20,5)

Fonte: Ilmans, op. cit., p. 169

Uma vez fornecida alguma informação numérica é conveniente enquadrá-la através de elementos qualitativos.

2.2.1.4. As transformações preconizadas e efectuadas no decurso dos primeiros planos

O esforço de lançamento da indústria pesada foi a tarefa essencial desta fase. Para o levar a cabo várias transformações foram impulsionadas na economia e sociedade argelinas.

2.2.1.4.1. A constituição do sector público

A constituição de um vasto sector público (cujo peso já se viu através de alguns indicadores), condição imprescindível para o exercício do tipo de planeamento adoptado, teve origem nas nacionalizações, as quais abrangeram até 1965 os "bens vagos" pelo abandono dos colonos franceses e depois do golpe de Boumediene (Junho de 1965) se estenderam ao essencial do aparelho produtivo (1). A ordem seguida foi:

- os recursos minerais: ferro, fosfato, chumbo, zinco e mármore;
- as redes de distribuição das companhias petrolíferas multinacionais (não francesas);
- as sociedades francesas nos adubos,

(1) Vide Ammour, K. et al., op. cit., pp. 16-17 e Germidis, D., Le Maghreb, la France et l'enjeu technologique, Ed. Cujas, 1976, pp. 54-55; a lista das principais nacionalizações.

materiais de construção, indústrias alimentares, produtos de manutenção;

- as próprias companhias petrolíferas sediadas na Argélia (excepto as francesas)

- a nacionalização das sociedades petrolíferas francesas, e do gás natural, em 1971, e de mais uma quinzena de empresas francesas, em 1974.

A análise da estratégia de nacionalizações, feitas contra indemnização, sugere, pelo menos no que diz respeito aos hidrocarbonetos, o desejo de adiar o confronto económico aberto com os interesses franceses não agrícolas instalados no território: daí uma série de acordos e compromissos (acordos de Evian, acordos de 1965) até à data histórica de 1971 em que, com a elevação a 51% da parte argelina nas sociedades petrolíferas francesas e a nacionalização das jazidas de gás natural, a Argélia tornou-se o primeiro país produtor do mundo árabe a tomar a carga a exploração dos seus recursos em hidrocarbonetos.

#### 2.2.1.4.2. A organização do sector público: a constituição das sociedades nacionais

Com base nas empresas nacionalizadas são criadas as sociedades nacionais com as seguintes características:

- coincidem, em geral, com um ramo industrial;
- em consequência da opção anterior são de grandes dimensões.

Alguns exemplos (1):

- a Société Nationale de Siderurgie (SNS), com a responsabilidade do sector metalúrgico, ocupava, em 1974, 14.400 pessoas, realizava um volume de negócios de 1.100 milhões de dinares e os seus in-

(1) Retirados de Germidis, D., op. cit., pp. 88 a 136.

vestimentos atingiram 1.250 milhões de dinares;

- a SONATRACH (Société nationale pour le Transport et la Commercialisation des Hydrocarbures), com a responsabilidade das actividades petrolíferas a partir de 1966, ocupava 40.000 pessoas e realizava um volume de negócios de 14 milhões de dinares, em 1974 (o seu gigantismo, particularmente em volume de negócios deixava as outras a perder de vista, para o que basta compará-la com a número dois, a SNS).

- apresentam um carácter marcadamente autoritário no que se refere às relações de trabalho, conforme o próprio De Bernis reconhece (1);
- são o veículo da importação maciça de tecnologia.

Numa fase posterior de viragem económica (a partir de 1980) as SNS vieram a ser fraccionadas, dando origem a empresas muito menores.

#### 2.2.1.4.3. A planificação argelina

A fase em estudo é a do lançamento da planificação argelina. Mas ela compreende três planos diversos entre si, não tanto quanto aos objectivos, mas sobretudo quanto ao volume de investimentos e ao domínio das técnicas utilizadas.

Os primeiros trabalhos realizados, a partir de 1965, são previsões de longo prazo (15 anos) quanto ao mercado de trabalho e perspectivas septenais para o período de 1967 a 1973. É com base nestas que são elaboradas o plano trienal (1967-1969) (e tam

(1) Vide Ammour, op. cit., p. 18.

bém o 1º Plano Quadrienal), chamado muitas vezes o pré-plano o qual é no fundo um programa de investimentos sectoriais (1). As suas prioridades são já a indústria de base e os hidrocarbonetos.

O 1º Plano Quadrienal (1970-73) apresenta um grau muito maior de precisão, quantificação e descentralização, permitindo um certo tipo de planificação por ramo, através dos critérios avançados de selecção de investimentos a ser seguidos pelas sociedades nacionais. Prevê o triplicar do investimento em relação ao plano anterior.

O 2º Plano Quadrienal (1974-77) com um novo e importante salto no investimento (mais do que triplicando o do plano precedente), visa terminar os projectos atrasados do 1º e levar a cabo novos investimentos na linha das opções definidas para o período:

- criação e consolidação da indústria básica (núcleo + tecido industrial)
- aumento da transformação local dos recursos naturais
- alteração da concentração geográfica das trocas
- cobertura crescente da procura colectiva e desenvolvimento agrícola e hidráulico, num plano secundário.

Contudo, como foi possível apreciar, revela um certo reforço da agricultura, habitação e infra-estrutura no que toca às atribuições de investimento, o que indica um ligeiro atenuar do cunho fortemente industrialista de toda esta fase.

#### 2.2.2. A fase de transição (1978-1979)

Esta fase, sem plano, é uma fase de transição num sentido triplo:

- em 1º lugar, do ponto de vista político é a fase da sucessão de Boumedienne no poder desde 1965 e falecido

(1) Para a caracterização dos planos vide Benissad, op. cit., pp. 17 a 22.

no ano de 1979. Sucede-lhe um outro militar, o coronel Chadli Bendjedid (1), o qual vai corporizar o processo de "liberalização" económica ou de heterodoxia. Encerra-se, por conseguinte, um período de grande homogeneidade de política e nas opções económicas.

- em 2º lugar, a economia "empanturrada" com os investimentos maciços da fase anterior, necessita um compasso de espera para digeri-los. Os objectivos desta fase são: avaliar o grau de realização física dos planos quadrienais e os desvios em relação às metas programadas e libertar as empresas dos programas precedentes ainda não concluídos. Os atrasos acumulados eram então muito consideráveis.
- em 3º lugar, visa proceder a um balanço global e preparar a viragem económica que o 3º Plano quadrienal consubstancia.

Escrito "sobre os acontecimentos" o artigo citado de Judet (1979), mostra a que ponto a "zona" de incerteza era extensa:

- reconhecimento das dificuldades na criação do tecido industrial;
- interrogação sobre a real concretização dos grandes princípios, a saber os "efeitos de arrastamento", os pólos de desenvolvimento, as economias de escala;
- emergência da agricultura como um estrangulamento crescente ao desenvolvimento industrial;
- questionar das modalidades de compra de tecnologia.

Tudo isto nas vésperas da passagem de uma "fase muito capitalística e pouco criadora de empregos" a uma outra de "multiplicação e de difusão da actividade e do emprego industriais" (Judet) que, segundo as perspectivas de estratégia de desenvolvimento a longo prazo (elaboradas em 1966), devia ter lugar em 1980.

---

(1) As peripécias da sucessão do ponto de vista dos grupos de interesses em jogo são tratados por Kwidder Nair, em "Algérie, 1954-82: forces sociales et blocs au pouvoir", Les Temps Modernes, nº 432-433, Juillet - Août, 1982, pp. 11-33.

### 2.2.3. O plano quadrienal 1980-83

Vejam os (1), através dos seus objectivos explícitos, a que tipo de alterações dá corpo.

- 1) Objectivo prioritário: produção de bens de consumo, e sobretudo habitação.
- 2) Melhor domínio do aparelho industrial existente, que se traduziu na reestruturação das sociedades nacionais (a primeira das quais a ser dividida foi a SONATRACH), na melhoria dos critérios de selecção de investimentos e numa reorganização da repartição territorial das actividades.
- 3) Redução da dependência externa, quer tecnológica quer financeira.
- 4) Maior atenção à agricultura (programa de renovação rural, reestruturação agrícola, etc.) que deveria receber um montante de investimento equivalente ao total realizado nos 13 anos anteriores (de 1967 a 1979).

A inflexão programada foi também acompanhada dum conjunto de medidas visando o reforço do sector privado, à primeira vista como modo de aliviar as dificuldades económicas.

Um balanço em termos precedentes dos 3 primeiros anos de realização do plano é apresentado no artigo referenciado.

### 2.3. Aspectos e consequências específicas da industrialização

Antes de proceder a um balanço global da industrialização é aconselhável determo-nos sobre algumas questões particulares de primeira importância, em campos tão diversos como as relações da Argélia com a economia mundial, a questão agrária ou os aspectos sociais do desenvolvimento.

Ordenei esse tipo de problemas em três rubricas:

- dependência tecnológica
- modelo de financiamento
- o problema agrário

---

(1) A fonte é fundamentalmente o artigo citado do Conseil Economique et Social.

### 2.3.1. A dependência tecnológica (1)

#### 2.3.1.1. A compra de tecnologia estrangeira: dimensão do fenómeno

O modelo de industrialização por que se optou na Argélia não podia deixar de acarretar uma compra maciça de tecnologia estrangeira. Ele previa-o explicitamente ao afirmar a necessidade de implantar a breve prazo indústrias de grandes dimensões produtoras de bens de equipamento e dotadas das técnicas mais modernas.

No decurso do primeiro plano quadrienal, segundo Germidis (2) a importação de tecnologia absorvia 5% do PNB, enquanto as despesas em I&D atingiam apenas 0,2%.

Em termos relativos, a Argélia representava 12% da importação de tecnologia de todo o Terceiro Mundo - e a sua população era apenas 0,5% da deste (3). Este esforço só era possível pela existência de importantes rendimentos petrolíferos, em crescendo, como se verá adiante.

#### 2.3.1.2. Estratégia de aquisição de tecnologia

Os pressupostos para o delinear das estratégias podiam-se resumir assim:

- a Argélia visava uma industrialização rápida, para o que devia contribuir o estimar-se o esgotamento dos seus recursos petrolíferos no prazo de 20 a 25 anos (isto em 1974, conforme Chevalier, Le nouvel enjeu pétrolier);
- o facto de dever, no futuro, concorrer nos mer

(1) Para este ponto recorri fundamentalmente à obra de Dimitri Germidis já citada e, ainda, a Yachir, F., "Formes d'importation de technologie et développement autocentré: l'expérience du secteur public industriel en Algérie" in Technologie et industrialisation en Afrique, CREA, Dakar, s/d, sem prejuízo quer dos estudos gerais (Benissad, Ilmane, etc.) sobre a Argélia quer de trabalhos teóricos sobre tecnologia como o de Ernst, Dieter "Une politique technologique autocentrée: problèmes fondamentaux", Revue Internationale de Sciences Sociales, vol. XXXIII, nº 3, 1981.

(2) Op. cit., p. 66

(3) Números para o Japão: importação de tecnologia - 0,1% do PNB; despesas em I&D - 1,9% do PNB.

cados internacionais de bens industriais, obrigava-a a alinhar a sua indústria pelas normas internacionais de produção e troca e, daí, a necessidade de aceder às técnicas mais modernas;

- o governo argelino não estava interessado no investimento directo estrangeiro, por razões políticas e económicas, e a importação directa das técnicas não era possível (1) dado o atraso técnico do país, o que indicava o recorso às formas contratuais;
- a partir de inícios dos anos 70 registou-se um verdadeiro "boom" nos mercados internacionais de tecnologia, pondo à disposição dos compradores uma gama variada de modalidades de aquisição;
- a tendência crescente do lado da oferta era, para resolver a contradição com que se defrontavam as companhias oligopolísticas entre a necessidade de alargar mercados e a exigência de não perder o controlo monopolista das técnicas, caminhar para a implantação de filiais ou de "joint-ventures" ou recorrer às fórmulas integradas de exportação de conjuntos industriais (2). Estes conjuntos integrados (chave na mão, produto na mão, mercado na mão, etc.) apresentam vantagens substanciais para os oligopólios multinacionais:
  - a)- asseguram-lhes um controlo indirecto, mas eficaz, da produção da unidade compradora;
  - b)- são politicamente mais aceitáveis;
  - c)- geram-se rendas monopolistas (que Yachir designa por "rendas de situação") provenientes

(1) Segundo Yachir, op. cit., p. 229.

(2) Yachir, op. cit., p. 252.

tes da manutenção, gestão e renovação do material instalado.

Para o comprador, as fórmulas chave e produto na mão eram, do ponto de vista estritamente microeconómico, mais baratas do que a fórmula "ensamblier" nacional.

Ordenados desta forma, os pressupostos parecem sugerir já uma única escolha possível. Não o creio, não partilho da opinião de Germidis quando afirma, em jeito de conclusão do seu livro, que a capacidade dos países do Maghreb para se apropriarem da tecnologia transferida pelas empresas dos países industrializados é estritamente função do papel que lhes será atribuído na nova divisão internacional do trabalho, objecto da concorrência entre os principais países desenvolvidos (1). Esta formulação destina aos países maghrebinos um papel totalmente passivo.

A estratégia argelina de aquisição de tecnologia, orientou-se pelos seguintes eixos:

- diversificar a dependência, jogando na concorrência entre oligopólios;
- privilegiar as fórmulas chave e produto na mão (não de modo absoluto), com cláusulas impositivas sobre a parte de incorporação nacional de materiais;
- recorrer aos serviços de estudos, "engineering" e assistência técnica de companhias especializadas;
- impor cláusulas sobre formação de pessoal;
- levar os fornecedores a participarem no financiamento dos projectos, comprometendo-os no seu êxito.

As opções argelinas foram, também neste domínio, extremamente diversas dos seus vizinhos maghrebinos (2).

(1) Germidis, op. cit., pp. 201-202.

(2) Marrocos: criação de filiais das firmas multinacionais; Tunísia: subcontratação internacional.

Em última análise visava-se a obtenção, não de autosuficiência, mas de uma certa autonomia nacional, para o que seria necessário ir avançando progressivamente, adquirindo primeiro a capacidade de seleccionar e aplicar a tecnologia, depois a de a reproduzir com adaptações e em seguida a de criar inovação. É por isso que é tão vital o desempacotamento tecnológico como forma de permitir um maior domínio sobre o produto tecnológico, ou seja, uma verdadeira transmissão de saber. Neste aspecto os produtos chave e produto na mão funcionam como uma verdadeira "caixa preta".

É com base neste princípio autónómico fundamental que os balanços sobre a dependência tecnológica são, quase invariavelmente, bastante negros (1). Isto apesar dos progressos reais, por exemplo, na capacidade nacional de "engineering".

### 2.3.1.3. A dependência tecnológica crescente

Quais são os indicadores desta dependência crescente?

Em 1º lugar, a evolução progressiva das fórmulas decompostas para as fórmulas integradas, no decurso dos três primeiros planos (1967-1977). No conjunto do sector público industrial os contractos chave e produto na mão passam, entre o plano trienal e o 2º plano quadrienal, de 6 a 74, enquanto as fórmulas mais decompostas (contractos de estudo e de engineering, de fornecimento e montagem de equipamentos e de realização) descem de 64 para 34 (2). Paralelamente o número de "joint-ventures" aumenta.

Em 2º lugar, verifica-se uma tendência, em todos os ramos, para o aumento de dimensão das operações de aquisição de tecnologia.

Em 3º lugar, mesmo em ramos produtores de bens de consumo observa-se o abandono da fórmula "ensembler" nacional, como é o caso das indústrias

(1) Ilmane, Judet, Kroner, Yachir, etc., etc.

(2) Yachir, op. cit., p. 236.

alimentares.

Em 4º lugar, apesar da estratégia de diversificação dos fornecedores há uma forte concentração da oferta de tecnologia. Para os 11 ramos fundamentais da indústria, as 4 firmas estrangeiras mais bem colocadas em termos do montante dos contratos controlam pelo menos 50% das aquisições tecnológicas das empresas públicas (1).

As causas imediatas desta evolução teriam sido (2) a dificuldade crescente de absorver o volume (também crescente) de investimento e a autonomização das empresas públicas nas suas decisões.

É interessante proceder a uma breve análise em termos regionais dos fornecedores de tecnologia.

A partir dos fins da década de 60 as empresas francesas perdem peso, em virtude das dificuldades de fornecimento dos produtos tecnológicos mais integrados (nomeadamente, "produto na mão") (3). Este movimento de recuo, que exprime o atraso relativo do capitalismo francês, é acompanhado pelo avanço para as novas posições de fornecedores doutros países, produzindo-se neste domínio um fenómeno de especialização, semelhante à existente a nível internacional:

Alemanha - construções mecânicas e eléctricas,  
madeira, têxtil e siderurgia

EUA - indústrias mecânicas, eléctricas e electrónicas

Itália - petróleo, plásticos e indústrias alimentares

R.U. - petróleo e gás natural

Japão - electrónica, indústrias eléctricas, petróleo e plástico

A França mantém uma posição forte na petroquímica

(1) Vide Yachir, pp. 260-261.

(2) Segundo Yachir, e em 1977. Depois disso verificou-se o desmembramento das sociedades nacionais, o que não pode ter deixado de alterar a segunda causa.

(3) É certamente devido a muitas outras causas de natureza política e económica.

ca, nas cimenteiras, no têxtil e na indústria do açúcar (1).

Os 6 países capitalistas mais avançados fornecem 4/5 da tecnologia importada (2).

#### 2.3.1.4. Balanço

Onde Germidis fala de incompatibilidade entre o objectivo de rapidez na industrialização e o desempacotamento do "pacote" tecnológico, Yachir fala de falhanço da política tecnológica, cuja confissão seria a tendência recente para concluir em certos sectores contratos de gestão ou contratos de assistência técnica dando às firmas estrangeiras a responsabilidade directa da produção (3).

Se entendermos, contudo, que a tecnologia não é um simples instrumento de industrialização mas que é ela própria lugar privilegiado das relações de dominação a nível internacional (4), e que, por conseguinte, sem a controlar não é possível controlar eficazmente o processo de acumulação e as mudanças sociais correspondentes (Ernst), então a interpretação pragmática de Germidis é no mínimo superficial.

Com efeito, Yachir mostra como, baseando-se em critérios de selecção de tecnologia fundamentalmente empresariais (microeconómicos), a política tecnológica seguida veio a produzir consequências nefastas para a própria industrialização:

- através da tendência para uma integração vertical máxima dentro de cada empresa, o que reduz as possibilidades de integração interindustrial a nível de toda a economia;
- através da redução do grau de aprendizagem das grandes empresas dos seus próprios processos produtivos,

---

(1) Convém também referir o peso da URSS na siderurgia e da Polónia nos estaleiros.

(2) Yachir, op. cit., p. 278.

(3) Op. cit., p. 231.

(4) Ernst afirma, no artigo citado, que o controlo da tecnologia é hoje um dos principais instrumentos de dominação nas relações de força em cada país e nas relações internacionais, particularmente nas relações Norte-Sul. Daí a necessidade de os países subdesenvolvidos levarem a cabo uma "ruptura selectiva da dependência tecnológica".

numa palavra, através da extroversão do controlo sobre os mecanismos de reprodução (simples e alargada) do conjunto da economia.

Neste sentido, o saldo é negativo. A Argélia está longe de ter atingido a autonomia tecnológica e, pelo menos, até recentemente não parecia caminhar nessa direcção.

### 2.3.2. O modelo de financiamento

O modelo de financiamento argelino tem três características:

- é um modelo extrovertido
- o seu recurso fundamental é a renda petrolífera
- a mobilização do excedente agrícola desempenha um papel marginal

Estas características não podiam deixar de ter consequências de grande alcance, por um lado na articulação da economia argelina com a divisão internacional de trabalho, por outro nas relações internas entre as classes e grupos sociais em presença. A surpreendente estabilidade política do regime deste país do Terceiro Mundo - para um observador externo - deve-se possivelmente em grande parte ao modelo de financiamento prosseguido, o qual permitiu deslocar para fora do espaço nacional o lugar das contradições associadas à apropriação do excedente (1).

#### 2.3.2.1. O financiamento externo

##### 2.3.2.1.1. Importância do fenómeno

Conforme é possível verificar no quadro 8, o financiamento externo do investimento público atingiu, no decurso dos três primeiros planos, uma proporção significativa e em ascensão: 20,7%, 23,8% e 30,5%, respectivamente.

(1) Uma outra grande parte da explicação cabe certamente à natureza do regime político com a reserva de legitimidade que lhe advem duma tenaz luta anticolonial no passado e, no presente, do projecto de industrialização e desenvolvimento económico do país.

Quadro 8

Financiamento do investimento público total

	Plano trienal (1967-1969)	Plano quadrienal (1970-73)	Plano quadrienal(1974-77) (só os 3 primeiros anos)
Financiamento	100,0	100,0	100,0
- interno	79,3	76,2	69,5
- externo	20,7	23,8	30,5

Fonte: Ilmane, op. cit., p. 191.

Nota: o investimento total compreende o investimento do sector administrativo de Estado mais o investimento das empresas públicas.

Mas a sua importância é qualitativamente superior se considerarmos apenas os investimentos industriais das empresas públicas: 47% em 1974 descendo para 34,4% em 1976. E nestas, está longe de ser homogênea: em 1974, o exterior financiou 83,3% dos investimentos dos hidrocarbonetos, passando para 51,2% em 1976.

De resto, a maior parte do crédito externo à indústria dirige-se para os hidrocarbonetos (76,3% em 1974 e 75,3% em 1976).

2.3.2.1.2. Estratégia de endividamento externo

Os princípios da estratégia argelina

de endividamento externo são:

Em 1º lugar, afectar os créditos ao financiamento dos projectos produtivos e rentáveis para assegurar o reembolso, o que originou uma atribuição predominante, ou quase total, à indústria (1).

(1) E, dentro desta, às empresas públicas. Com excepção dos hidrocarbonetos, contudo, e paradoxalmente, estas não têm revelado rentabilidades famosas, pelo menos no horizonte temporal dos 3 primeiros planos. É certo que o prazo de maturação dos seus investimentos é longo, mas existem alguns sinais inquietantes, o mais grave dos quais parece ser o de não conseguirem realizar as amortizações, como se verá adiante, o que indica a existência de défices de grandes dimensões, confirmados por Benissad ao falar do endividamento crescente das empresas públicas (op. cit., p.97). Isto para além de produtividades físicas baixas (opinião geral) e da constatação de uma fraca qualidade dos produtos (vide Kroner, artigo citado), facto que compromete o projectado escoamento para os mercados mundiais de parte da produção.

Em 2º lugar, recorrer preferentemente às instituições privadas em detrimento da ajuda bilateral Estado a Estado.

Em 3º lugar, diversificar no maior grau possível as fontes de financiamento.

Em 4º lugar, reduzir ao mínimo o recurso a este tipo de endividamento.

Nas suas receitas próprias a Argélia está dependente em situação de prática exclusividade dos hidrocarbonetos - 69,3% das receitas de exportação em 1970, 96,1% em 1978 e 98% em 1980 (1). Este facto pode funcionar como séria restrição à aplicação dos princípios enunciados.

A flutuação das cotações do petróleo, o encarecimento dos produtos tecnológicos - com a sua modalidade monopolística de formação de preços -, a política de investimento industrial maciço - e as dificuldades de absorção -, tudo isso contribui para que a interpretação argelina do nível de financiamento externo desejável - 20 a 25% dos investimentos públicos industriais - fosse ultrapassado. Compreende-se assim que o 3º plano quadrienal (1980-83) colocasse como um dos objectivos prioritários a redução da dependência externa aquele nível.

Em contrapartida, o recurso preferencial às instituições financeiras privadas não levanta problemas de concretização. É essa tendência dominante nos mercados financeiros internacionais a partir do espectacular "boom" dos eurodólares no princípio da década passada. À ajuda bilateral e ao investimento directo estrangeiro sucedeu-se o crédito externo concedido pela banca transnacional.

Crédito que a Argélia não tem tido dificuldade de obter. Assim a parte das instituições privadas no financiamento externo total passou de 27% em 1970, a 72% em 1972 e 88% em 1976, correspondendo o restante aos empréstimos oficiais e ao investimento directo (2).

(1) Vide artigo citado do Conseil Economique et Social, p. 21

(2) Ilmane, op. cit., p. 207.

Quanto à diversificação das fontes de financiamento, os seus resultados, em termos regionais, não são brilhantes: 70% dos créditos obtidos (situação no fim de 1976) provinham ou de fornecedores ou de bancos sediados em 6 países (EUA, França, Japão, R. U., Itália e RFA), precisamente os principais fornecedores de tecnologia. O que é compreensível dada a dominância dos créditos comerciais (de fornecedores e bancários) (1), fruto, por seu turno, da política de aquisição de tecnologia.

### 2.3.2.1.3. A dívida externa

Alguns indicadores da importância quantitativa da dívida externa:

#### Quadro 9

#### Peso relativo da dívida externa

	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
Dívida/PNB	-	-	21,2%	-	25,8%	-	35,5%	42,4%	50,5%	48,9%	38,7%	35,5%
Serv.da dívi./Exp.de bens e serv	3,7%	6,9%	15%	15,1%	14,4%	13,7%	16,1%	18,5%	(*) 25%	(*) 39%	-	-
Serviço da div./PNB	-	-	2,7%	-	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	8,8%	9,5%	9,6%

Fonte: Benissad, op. cit., p. 102; Conseil Economique et Social, op. cit., p. 17; Ilmane, op. cit., p. 213.

(\*) Valores estimados (Ilmane). Para 1978, Benissad avança um valor superior: cerca de 30%. Como o seu livro é posterior ao de Ilmane, é natural que a estimativa tenha sido ultrapassada.

O peso da dívida externa em relação ao PNB aumentou continuamente até 1978 - valor "record" de 50,5% - diminuindo para 35,5% em 1981 (2). A evolução favorável deste indicador nos últimos anos, não foi, contudo, acompanhada pela do serviço da dívida quer em relação também ao PNB, quer em relação às receitas de exportações, o que supõe uma degradação das condições de pagamento da dívida (ritmo de amortização, taxa de juro de referência, "spread", etc.).

(1) Ilmane, op. cit., pp. 211-212.

(2) Provavelmente em resultado das medidas tomadas já ao abrigo das decisões do 3º plano quadrienal que teria levado a reembolsos antecipados.

Vejam os agora a posição da Argélia em termos comparativos internacionais. Quanto ao montante dos pagamentos de serviço da dívida, a Argélia figura na lista dos 5 primeiros países "em desenvolvimento", a seguir ao Brasil, ao México, à Venezuela e à Espanha, nos anos de 1979 a 1982. Quanto ao montante da dívida, o seu lugar é o 8º, em 1981, depois do Brasil, México, Espanha, Coreia do Sul, Argentina, Índia e Indonésia (1).

As posições invertem-se se observarmos o ratio dívida externa/PNB, ficando a Argélia bastante acima do México e do Brasil, mais ou menos ao nível da Coreia do Sul, e abaixo do Egipto e de Marrocos (2).

A dívida externa argelina apresenta-se, então como muito importante, apesar de, e em virtude das suas reservas petrolíferas, a Argélia não ter tido problemas de reembolso, reescalonamento da dívida ou acordos com o FMI. Um balanço rigoroso teria de passar por uma análise da estrutura da dívida (composição temporal, composição quanto ao tipo de taxa, fixa ou variável) e de outros elementos (evolução da LIBOR, evolução dos mercados mundiais de que o país depende nas suas receitas, taxa de crescimento do respectivo produto, tipo de aplicação do financiamento, etc., etc.).

#### 2.3.2.2. As fontes de financiamento interno

Os segmentos de financiamento interno são:

- a poupança do sector administrativo de Estado, cuja expressão é o saldo orçamental;
- a poupança das empresas públicas;
- a poupança das famílias.

##### 2.3.2.2.1. A poupança do sector público administrativo

A partir de 1971, o orçamento corrente (receitas orçamentais, com excepção da fiscalidade petrolífera e da contribuição das empresas públicas, menos despesas de funcionamento), apresenta um défice crescente o qual, juntamente com as despesas de investimento do sector, é coberto pelas receitas petrolíferas. Estas são

(1) O.C.D.E., "Endettement Extérieur des pays en développement", 1982. p. 46.

(2) Conseil Economique et Social, op. cit., p. 17.

de tal modo importantes que:

- passam de 23% do conjunto das receitas do sector em 1970, a 40% em 1973, a 54% em 1977 e a mais de 60% em 1978 (1);
- permitem não apenas financiar o dé fi ce co rr en te e todo o orçamento de equipamento do sector, mas também libertar um excedente muito importante, canalizável para outros sectores o qual, em 1977, representou o equivalente de 35% dos investimentos efectuados pelas empresas públicas.

Tendo a carga fiscal atingido um valor muito elevado (2), atendendo ao nível de desenvolvimento da economia, a fiscalidade petrolífera veio resolver o problema das necessidades crescentes do sector e ainda criar uma capacidade de financiamento (positiva) mobilizável para aplicações noutros domínios.

#### 2.3.2.2.2. A poupança das empresas públicas

A centralização da acumulação, em termos financeiros (3), obriga a que as empresas públicas tenham de entregar ao Tesouro uma contribuição sem contrapartida (4), mais os fundos de amortização e as reservas por contrapartida dos títulos de equipamento.

As dificuldades crescentes das empresas levaram, contudo, a que as entregas por contrapartida de títulos de equipamento (fundos de amortização + reservas) declinassem ao longo do período 1970-1977. Pelo contrário, a contribuição sem contrapartida au-

(1) Ilmane, op. cit., p. 194 e Benissad, op. cit., p. 83.

(2) 26 a 27% do PIB (sem hidrocarbonetos) em 1973-74 (Ilmane, op. cit., p. 195).

(3) É curioso verificar a preponderância do controlo financeiro do investimento sobre o controlo físico, cujas consequências seria muito interessante investigar.

(4) Dependente dos resultados da empresa e, de resto, posteriormente liberalizada.

mentou, ressaltando nesta a participação da Sonatrach, a qual representava a quase totalidade proveniente do sector industrial (em 1975) e mais de metade do total da rubrica nos anos de 1974 e 1975.

Afirma Ilmane que: "a capacidade das empresas públicas para financiarem os investimentos que lhes são confiados, deteriorou-se continuamente ao longo dos anos sob o duplo efeito do aumento considerável desses investimentos e da estagnação, ou mesmo diminuição das suas fontes próprias de financiamento. De perto de 30% durante o plano 1970-73, esta capacidade reduziu-se a cerca de 8,5% durante o plano 74-77" (op. cit., pp. 197-8).

#### 2.3.2.2.3. A poupança das famílias

É insignificante, e cada vez mais, a contribuição da poupança das famílias residentes para o financiamento do investimento, ao contrário da poupança das famílias não residentes (remessas de emigrantes) que é bastante importante, conforme se pode observar no quadro seguinte:

#### Quadro 10

#### Contribuição da poupança das famílias para o financiamento dos investimentos públicos (em percentagem)

	Período 1967-69	Período 1970-73	Período 1974-77
Famílias residentes	2,4%	2,5%	1,3%
Remessas de emigrantes (1)	36%	16%	8%

Fonte: Ilmane, op. cit., pp. 200 e 202

As causas de debilidade da poupança privada interna argelina são múltiplas e não serão aqui desenvolvidas. Mas quanto às causas do declínio do peso das remessas de emigrantes tem interesse alinhar alguns elementos.

(1) Só por simplificação se incluem as remessas de emigrantes na poupança privada. Elas afectam directamente o rendimento pessoal e indirectamente a poupança interna, não são em si poupança. Constituem directamente financiamento das trocas externas, no mesmo título que as receitas de exportação, mas não constituem imediatamente financiamento da acumulação. Se são tratadas de modo indiferenciado por Ilmane e outros autores é porque o financiamento da acumulação aparece quase indissociavelmente ligado à obtenção de divisas.

A primeira causa para a tendência descendente parece ser a alteração estrutural da emigração argelina em França, com o incremento do fenómeno de agrupamento familiar. A segunda causa, é a criação dum mercado de divisas "subterrâneo", que leva à retenção dos francos em França. A prazo esta fonte tenderá a tomar um peso mais reduzido.

### 2.3.2.3. Síntese

Acompanhando Ilmane e Ammour (et al.) pode-se concluir que o essencial da acumulação argelina - investimentos públicos e, sobretudo, industriais - se faz com excedente produzido no exterior da economia: créditos obtidos, remessas de emigrantes e apropriação de valor criado noutros países através da renda petrolífera. A modalidade de financiamento prosseguida pela Argélia é, deste modo, um dos veios fundamentais de extroversão da sua economia, à revelia das opções fundamentais enunciadas.

### 2.3.3. Algumas considerações sobre o papel da agricultura na industrialização argelina

O papel da agricultura na industrialização argelina, ou em qualquer outra, deveria merecer uma análise muito aprofundada, dada a sua impotância e complexidade. Os industrialistas, pressionados pela urgência da sua tarefa, em geral não o fazem. De resto, tentando-o, deparam com grandes dificuldades porque enquanto a indústria se presta aos instrumentos técnico-económicos, o mundo agrário exige uma abordagem em primeiro lugar social. As relações sociais justapostas, os valores e estruturas mentais, o papel da família e da economia familiar, o peso da herança de épocas passadas, o grau de aleatoriedade do "comportamento" da natureza, dispõem-se mal a simplificações e quantificações rápidas.

Abandonado a si próprio ou, pior ainda, abordado de modo tecnocrático, o mundo agrário vinga-se, convertendo-se em "bête noire" dos esforços de desenvolvimento: é aquilo que se chama, na linguagem técnico-económica, criar estrangulamentos à indústria.

Oscilando entre uma e outra políticas em relação à agricultura - abandoná-la ou integrá-la autoritariamente nos circuitos económicos dominantes - as autoridades argelinas viram-se a braços com um dos seus fracassos mais clamorosos. Fracasso que veio a criar cumulati-



vamente problemas noutros pontos do sistema: na indústria, por um lado, no domínio social, por outro, confrontando o poder com um enorme desemprego a absorver; nas trocas externas, por fim, com a necessidade crescente de mobilizar divisas para comprar alimentos e matérias-primas de origem agrícola no exterior (1).

Não me é possível tratar este assunto aqui. Vou apenas enunciar e sistematizar alguns pontos a reter.

2.3.3.1. As transformações verificadas depois da independência (2)

As transformações preconizadas pela "revolução agrária" de 1971 e cristalizadas na constituição dos 3 tipos de regime de exploração <sup>de aquí</sup> referenciados, visavam atacar vários problemas;

- reduzir o défice alimentar através da elevação da oferta interna
- alargar o mercado interno para os bens industriais intermédios e de consumo
- assegurar um melhor abastecimento de matérias-primas à indústria
- fixar a população rural e diminuir o êxodo rural

Em síntese, e através duma política de redistribuição de terras, de modernização dos métodos de cultivo e da reorganização das relações sociais atingir uma melhoria de produtividade, condição indispensável para uma maior integração da agricultura nos circuitos mercantis.

Do ponto de vista das estruturas agrárias, foi

---

(1) Alguém disse que a Argélia está a "comer" o seu próprio petróleo.  
 (2) Obras a que recorri: Ammour, op. cit., pp. 53-90; Benissad, op.cit., pp. 42-54; Bourenane, N.M., "Evolution récente de l'agriculture algérienne 1962-1982", Les Temps Modernes, nº 432-433, Juillet - Août, 1982, pp.80-105; Cecconi, O., "Rapports de l'économie et du politique dans la croissance de l'agriculture: le cas de l'Algérie", L'Homme et la Société, nº 33-34, Juin - Déc. 1974; Duarte, J.T., Notas sobre a agricultura na Argélia independente, INIA, Ceiras, Outubro 1976, 19 p.; Lucas, P., "Réforme Agraire em Algérie", L'Homme et la Société, nº 27, Jan. - Mars, 1973.

criado um sector cooperativo, o qual se veio juntar ao sector das herdades autogeridas, podendo-se reconhecer hoje a existência de três tipos de regime de exploração da terra: unidades autogeridas, cooperativas e sector privado não cooperativo.

O sector autogerido teve como base a iniciativa dos trabalhadores assalariados de ocupação e manutenção em actividade das herdades agrícolas abandonadas em massa pelos colonos, durante o verão de 1962. O poder veio a reconhecer por lei essa situação de facto (decretos de 1963), aproveitando para, através desse acto, regulamentar a organização e funcionamento do novo sector.

Detendo as terras mais férteis da orla mediterrânica, de onde a colonização foi expulsando os camponeses obrigados ao longo de muitas décadas a instalarem-se na zona montanhosa do Sul, o sector autogerido possui 28% de superfície agrícola se bem que não absorva muito mais de 200.000 trabalhadores. As explorações são de grandes dimensões (muitas com mais de 1.000 hectares) e muito mecanizadas (1).

O sector cooperativo, por seu turno, foi constituído no fundamental a partir da revolução agrária, e com base nas terras nacionalizadas então (contra indemnização): terras do sistema de "Khammessat", parcelas nacionalizadas das grandes propriedades e as terras subaproveitadas do sector autogerido. Distribuídas a antigos combatentes, a camponeses sem terra ou que as trabalhavam já, o sector abrange à volta de 17% da superfície cultivada no fim de 1978.

A restante área é explorada em regime de pequenas e médias explorações privadas e abrange a maioria da superfície agrícola, com 55% do total (2).

Enquanto o sector autogerido se encontra especializado na produção para o mercado, e moderadamente para a exportação (legumes, citrinos e vinho), o sector privado pratica culturas de subsistência (cereais, legumes secos, etc.) e cria gado.

A articulação da agricultura argelina com o mercado mundial é hoje menos nítida do que sob a colonização. As dificuldades

(1) Benissad, op. cit., p. 32.

(2) Dados extraídos de Benissad e Duarte. As terras agrícolas representam, na Argélia, apenas 3,5% da área nacional.

des de escoamento do vinho para o mercado francês depois da independência, vinho que constituía a segunda receita de exportação, levaram à re conversão duma grande parte da vinha.

### 2.3.3.2. Estagnação e déficit alimentar

A estagnação da produção agrícola é uma tendência nítida a partir de 1962. Tomando como base o ano de 1967 (= 100), a evolução do índice de produção agrícola foi a seguinte: 115 em 1970, 116 em 1974 e 130 em 1978 (1). Neste período, a respectiva taxa de crescimento foi inferior à da população, o que originou a necessidade de importações alimentares maciças, representando os produtos agrícolas uma parte crescente do total de importações (2).

O déficit é particularmente agudo para o leite, o azeite, o açúcar, a carne e os cereais, representando estes últimos 63% da dieta calórica nacional (3). A título de exemplo atente-se nos seguintes números: durante as 4 campanhas agrícolas de 1973-74 a 1976-77, a relação importação/exportação foi de 78% para o trigo mole e de mais de 200% para o trigo duro (4).

Outro bem indicador é o ratio exportações/importações alimentares que evoluiu de 1,5 em 1963, a 0,7 em 1967, 0,57 em 1971, 0,17 em 1975 e, finalmente, 0,07 em 1977 (5). Enquanto em 1969 se podiam cobrir cerca de 70% das necessidades em produtos agrícolas, hoje não se ultrapassa os 30% (6).

Para além da reconhecida estagnação, a composição da produção agrícola introduz um novo elemento negativo. Com efeito, verificam-se:

- défices em quase todos os produtos de elevado valor nutritivo;
- excedentes em produções de fraco valor nutritivo e destinados à exportação;
- e uma reduzida importância das culturas industriais (3).

(1) Benissad, op. cit., p. 51.

(2) Mais de 20% em 1975, segundo Judet, op. cit..

(3) Duarte, op. cit., p. 6.

(4) Benissad, op. cit., p. 52.

(5) Benissad, op. cit., p. 53.

(6) Kroner, op. cit., p. 30. Segundo o artigo do Conseil Economique seria de 35% o grau de cobertura do consumo pela produção nacional.

Vários factores estarão na base desta situação:

Em 1º lugar, a fórmula utilizada de alteração das estruturas agrárias (pelas nacionalizações e distribuição da terra e a organização de cooperativas) + investimentos de modernização (a começar pela química) a qual é, no fim das contas, a síntese da concepção clássica de reforma agrária, tem-se revelado ineficaz. Nos países que a têm posto em prática - geralmente com resultados insatisfatórios - as contradições parecem organizadas em volta dum trinómio fatal: produtividade agrícola baixa + preços agrícolas baixos + preços dos inputs de origem industrial altos. A introdução de investimento <sup>em agricultura</sup> não parece suficiente, mesmo precedida por uma alteração fundiária, para romper tal trinómio.

De mais a mais, todo o período que vai até ao 3º plano quadrienal (1980-83) saldou-se por uma debilidade de afectação de recursos ao sector agrícola (1).

Em 2º lugar, o êxodo rural e agrícola maciços (rural numa 1ª fase, agrícola numa 2ª fase (2)), combinado com uma inalterabilidade dos processos de cultivo, conduziu à estagnação e mesmo à regressão de certas produções (3). O ponto teórico de produtividade marginal nula da força de trabalho agrícola foi nitidamente ultrapassado.

Mas os modelos de Lewis e Ranis e Fei prevêm que uma vez este ultrapassado, os preços agrícolas deverão subir. Ora estes são ainda baixos na Argélia (4) no que há que se reconhecer uma política deliberada das autoridades económicas com vista a proteger o poder de compra da população urbana - muita da qual subempregada, ou pura e simplesmente desempregada, note-se.

Em 3º lugar, os fenómenos de desertificação e esgotamento dos solos herdados numa situação colonial, que combinou uma agricultura cerealífera mineira (nas herdades coloniais) com o empobre-

---

(1) A viragem da política de investimento a partir de 80 saldou-se por uma grande dificuldade de absorção por parte da agricultura. Nesse ano, "os créditos do governo (créditos afectados e autorizados) apresentavam apenas 65,2% das autorizações do programa e os créditos efectivamente consumidos apenas 47% dos créditos concedidos". in Conseil Economique et Social, op. cit., p. 19.

(2) Bourenane, op. cit., p. 81.

(3) O mesmo se verificou em Portugal, particularmente na década de 60.

(4) Duarte, op. cit., p. 10; Cecconi, op. cit., p. 101.

cimento e expulsão dos camponeses para terras marginais rapidamente esgotadas e progressivamente desertificadas, prolongam as suas consequências até à actualidade.

É de notar que sob a colonização a Argélia tinha uma balança alimentar excedentária, produto do seu papel na D.I.T. colonial, situação que se alterou nos anos 50, nomeadamente no caso dos cereais.

### 2.3.3.3. A agricultura como fornecedora de mercados e de inputs industriais

O fraco desenvolvimento da agricultura, situação que a revolução agrária visava alterar, revelava-se igualmente através de dois aspectos:

- pequena capacidade de compra de bens de produção industriais. A agricultura comprava apenas, em 1974, 0,1% da produção de bens intermédios, conforme é observável no quadro de relações interindustriais (1)
- dificuldade de abastecimento de matérias primas industriais. Ammour et al. citam os problemas criados a várias unidades agroalimentares.

A fraca integração produtiva agricultura - indústria, de que os dois aspectos acima dão conta, é uma das características da economia argelina e é uma das formas de bloqueio que o sector agrícola cria ao industrial.

### 2.3.3.4. Dirigismo estatal e burocracia

Tendo em vista as transformações desejadas, as autoridades argelinas dispuseram-se a mobilizar e organizar o mundo rural: primeiro o sector autogerido e depois as cooperativas, de resto criadas sob a sua égide. A acção do poder é marcada, contudo, por um forte dirigismo que pode explicar em parte os fracos resultados obtidos, particularmente nos primeiros anos do processo.

As críticas que se fazem a essa actuação são fundamentalmente as seguintes:

---

(1) Benissad, op. cit., p. 47.

- desvirtuamento do carácter autogestionário e conversão das herdades autogeridas em herdades estatais, só formalmente autónomas, através dum dirigismo autoritário no domínio da organização interna (nomeação do director), no domínio da comercialização e fixação de preços, no domínio da centralização da contabilidade, etc., etc. O descontentamento provocado teria levado à dissolução do Office National de la Réforme Agraire em 1967 e a um conjunto de reformas em 1968-69 e depois em 1975;
- multiplicação da burocracia na organização dos circuitos de comercialização;
- controlo das cooperativas através do controlo não apenas dos preços mas também dos meios de produção; a posse da terra é concedida aos camponeses pobres, mas o material agrícola, reunido em cooperativas, assegura um laço de dependência poderosa entre os trabalhadores e a cooperativa de utilização de máquinas e através desta, em relação ao Estado (1).

Parcialmente em consequência desta actuação, mas fundamentalmente em consequência da estratégia seguida, o certo é que os resultados apresentados pelo sector autogerido estão longe de ser bons: "75% das unidades de produção são actualmente [1976] deficitárias" afirma Duarte (2). E prossegue: "Destá forma se tem eliminado qualquer possibilidade de excedente contabilizável. O rendimento dos trabalhadores limita-se portanto ao 'adiantamento' em dinheiro, feito pelo Estado, o qual se transformou na realidade, ao fim de anos sucessivos de défice, num verdadeiro salário".

Quanto às cooperativas, e segundo a mesma fonte, os resultados são nitidamente melhores: mais de 60% das cooperativas agrícolas polivalentes tinham saldo positivo.

(1) Ammour, op. cit., p. 88/89.

(2) Duarte, op. cit., p. 101.

### 2.3.3.5. A importância da mobilização do excedente agrícola

Creio poder afirmar-se de tudo o que fica dito, particularmente a propósito das fontes de financiamento, que a agricultura tem um papel muito marginal no financiamento da acumulação industrial.

A existência de preços baixos, "alinhados quer com os preços mundiais, quer com os preços da antiga metrópole" (1) até ao primeiro plano quadrienal, sem ter em conta os custos reais de produção ("o material agrícola é caro, e o seu emprego optimal depende de condições que explorações ainda imperfeitas ou rudimentares em geral não preenchem" (1)), induziu autores a admitir que se tratava duma política deliberada de transferência de excedente.

É o que afirma Duarte: "(...) no caso argelino, os preços agrícolas são fortemente controlados (mantidos a um baixo nível) pelo Estado por forma a promover a apropriação do excedente económico agrícola pelo sector industrial, sob a forma de preços agrícolas baixos. Acrescente-se que a comercialização dos produtos é feita obrigatoriamente através dos organismos estatais" (2). É com "nuances" a opinião de Ammour. Cecconi põe o acento tónico na função dos preços como "arma para dirigir a autogestão" segundo a vontade do poder político.

A meu ver, contudo, a política de preços baixos e as dificuldades a que tem sido forçada a agricultura argelina (de que um dos indicadores são os défices referidos) devem-se não tanto à necessidade de financiar o desenvolvimento industrial mas, paradoxalmente, à necessidade de atenuar os graves efeitos duma política agrária incorrecta ou, com mais rigor, dum modelo económico: êxodo rural com o consequente desemprego urbano maciço, a acrescentar ao subemprego generalizado na agricultura (3).

As receitas petrolíferas sobretudo a partir do

---

(1) Cecconi, op. cit., p. 101.

(2) Op. cit., p. 10.

(3) Cecconi afirma que, em 1969, havia 1,5 milhões de empregos reais para uma população activa de 4,5 milhões, dos quais 1/3 subempregado e 1/3 desempregado (op. cit., p. 93). A partir de meados da década de 70 a situação melhorou, mas o desemprego e o subemprego são ainda um problema muito sério.

"boom" de 1973, mas mesmo antes, dispensaram as autoridades argelinas de seguir um modelo de acumulação de base agrícola na sua fase primitiva, como previsto no texto-chave da estratégia das indústrias industrializantes. Mas ao adoptarem uma concepção em tudo o resto semelhante à soviética, ou seja, quanto às relações de complementariedade nos mercados e nos abastecimentos entre indústria e agricultura e quanto ao tipo de reforma agrária, condenaram-se, numa situação muito diversa (integração muito profunda na economia mundial) a um acumular de contradições em vários pontos do sistema social e económico.

### 3. ALGUMAS QUESTÕES SOBRE OS ASPECTOS POLÍTICOS E SOCIAIS DA INDUSTRIALIZAÇÃO EM JEITO DE CONCLUSÃO (1)

A industrialização argelina foi feita sob a égide do Estado que se reclama dum socialismo não-alinhado e especificamente argelino. As características da experiência argelina, contudo, têm conduzido os vários autores que sobre ela se têm debruçado a definir a natureza do regime e do poder/<sup>segundo</sup> algumas teses centrais:

- a tese do capitalismo de Estado, defendida por Ammour, Leucate e Moulin(2) e por Cecconi(3);
- a tese do regime militar-burocrático, variante do nasserismo (sob Boumedienne), avançada por Naïr(4);
- a tese da sociedade burocrática de desenvolvimento, proposta por Elsenhans(5).

A argumentação expendida por Elsenhans na sua crítica à tese do capitalismo de Estado é extremamente interessante e merece determo-nos sobre ela.

Para Elsenhans, nem o desenvolvimento das relações salariais, nem a acumulação primitiva pela punção de excedente, nem as modalidades da sua articulação com os outros sectores económicos e sociais, são suficientes para designar de capitalismo de Estado o regime dominante nas sociedades periféricas em vias de desenvolvimento. Tão pouco são argumentos suficientes do carácter capitalista do Estado, o facto de este promover o desenvolvimento dum sector nacional capitalista ou, finalmente, o de estabelecer relações de dependência com as sociedades transnacionais.

Segundo ele, o acento tónico deve ser posto sobre duas ideias-chave:

Em primeiro lugar, a existência duma modalidade política do-

(1) Bibliografia fundamental: Addi, L., "Produire?", Les Temps Modernes, no. 432-3, Juillet-Août, 1982; Chikhi, S., "La classe ouvrière aujourd'hui en Algérie, idem; Elsenhans, H., "Capitalisme d'Etat ou société bureaucratique de développement", Revue Etudes Internationales, vol. XIII, no. 1, Mars 1982; Gallissot, R., "Les classes sociales en Algérie", L'Homme et la Société, no. 14, Oct.-Déc. 1969; Liabes, D., "Sur la bourgeoisie privée", Les Temps Modernes, idem; Naïr, K.S., "Algérie 1954-1982: Forces sociales et blocs au pouvoir", idem.

(2) Op. cit., pp. 135-176.

(3) Op. cit., p. 101.

(4) Op. cit., p. 22.

(5) Op. cit.

minante de apropriação, repartição e acumulação do excedente social, oposta à "restrição muda das relações de produção" e à lei do valor sob capitalismo. Pelo embora a evolução verificada neste último, com o Estado a afectar uma parte crescente do rendimento social - o chamado modo político de afectação dos recursos -, parece-me que Elsenhans tem razão quando salienta, não o que é comum mas, precisamente, aquilo que é essencialmente distinto em relação às sociedades capitalistas, a saber a preponderância duma racionalidade não económica na gestão dos recursos económicos.

Em segundo lugar, a necessidade de combater a sobrestimação do fenómeno da internacionalização da produção, o qual levou a considerar os Estados periféricos como simples elos ou apêndices do capitalismo mundial.

Elsenhans avança a noção duma classe-Estado, constituída pelos dirigentes do aparelho de Estado, das organizações de enquadramento político e das empresas estatais ou paraestatais. A sua formação deve-se, não à "capitalização" das economias periféricas, mas à fraqueza do Centro do sistema capitalista mundial para transformar efectivamente a periferia neste sentido.

A crise da acumulação induzida pelo "impacto insuficiente da expansão internacional do capital sobre a periferia", conjugada com a possibilidade de apropriação de rendas, está na origem do reforço do Estado nos países do Terceiro Mundo, seja para aumentar os meios repressivos, seja para levar a cabo políticas planificadas de desenvolvimento, politicamente decididas.

As modalidades de apropriação e afectação do excedente por esta classe-Estado burocrática libertam-na da restrição de rentabilidade no curto prazo mas, ao fazerem-no, criam-lhe o terreno para um desperdício maciço de recursos.

As sociedades com este tipo de organização social e económica, que considera um verdadeiro modo de produção, Elsenhans chama "sociedades burocráticas de desenvolvimento", subdividindo-as em vários tipos distintos. A Argélia caberia na categoria de Estado modernizador igualitarista.

As teses de Elsenhans, que me parecem muito interessantes, sugerem-me algumas reflexões:

- o duplo aspecto da planificação empreendida pela Argélia(1) de não sujeição a critérios de rentabilidade imediata e, ao mesmo tempo, de desperdício e mobilização improdutiva de capital, salientados por Nair, de que os sinais são a baixa produtividade do trabalho - "nenhuma fábrica funciona realmente acima de metade das suas capacidades, estando a média geral aproximadamente à volta de 20 a 30%" (2) - e um crescimento industrial débil, quando confrontado com o esforço de investimento realizado;
- o carácter contraditório das relações com a burguesia privada a quem, logo no congresso de Trípoli, foi atribuída a função de produção de bens de consumo, e que tem sido sucessivamente enquadrada nas diferentes etapas da estratégia de industrialização; certos autores (como Kroner) vêm nessa presença da burguesia privada, reforçada depois da liberalização de Bendjedid, uma das provas do falhanço argelino. Liabes põe o acento tónico do seu artigo na demonstração do peso quantitativo e qualitativo daquela classe, nitidamente crescente nos últimos anos, e avança a curiosa ideia de que ela absorve, em virtude da sua situação no segmento terminal do processo produtivo (bens de consumo e actividades de comercialização retalhista), a parte mais significativa do excedente líquido de exploração internamente produzido, registando-se uma transferência de rendimento do sector público para o sector privado.
- o carácter pelo menos parcialmente político do salário nas grandes empresas estatais e a situação relativamente favorável dessa fracção da classe operária o que revela, não tanto a força operária - apesar das greves de 1977 - mas, sobretudo, a determinante política e a natureza marginal da extracção de mais-valia neste sector.

Nunca é demais acentuar o papel dos hidrocarbonetos. A classe-Estado argelina, de forte componente militar(3), encontra-se organizada à volta da gestão da renda petrolífera. Renda petrolífera que parece subsidiar os défices do sector estatal (não petrolífero), do

---

(1) E provavelmente de toda a planificação...

(2) Op. cit., p. 23.

(3) Vide sobre este assunto o artigo de Nair.

sector agrícola autogestionário, para além das despesas do aparelho administrativo e dos investimentos do sector estatal. A estabilidade política, a que já me referi, parece encontrar a sua origem na atenuação dos conflitos sociais, possibilitada pela obtenção externa dos recursos da classe-Estado.

Com tudo isto, ou apesar de tudo isto, as nuvens acumulam-se no horizonte:

- primeiro, o grave problema do desemprego que, embora amortecido pela extensão do sector informal, atingiu, em 1977, 28,8% da população activa, segundo os cálculos de Benachenhou (citado por Addi, op. cit., p. 149). Desemprego que é, eventualmente, a principal manifestação da decomposição rural e da conseqüente hipertrofia urbana, numa palavra, da falta de ligação estrutural entre desenvolvimento industrial e agrícola;
- segundo, os problemas agrários resultantes duma concepção de reforma agrária ligada a um modo de acumulação que não é o argelino e, portanto, até certo ponto evitável (não necessária) com todo o seu cortejo de conseqüências e, simultaneamente, com resultados diversos do seu modelo;
- terceiro, a natureza problemática da integração industrial nos mercados internacionais, em condições favoráveis de competitividade;
- quarto, o avolumar da dependência tecnológica e financeira.

## BIBLIOGRAFIA

ADDI, Lahouari

"Produire?"

Les Temps Modernes, n° 432-433, Juillet - Aout, 1982, pp. 132-151

AKKACHE, Ahmed

"Les Aspects Sociaux du développement"

Revue algérienne du Travail, n° 13, Février 1974, Alger, pp. 17-31

AMMOUR, Kader; LEUCATE, Christian; MOULIN, Jean-Jacques

La voie algérienne: Les contradictions d'un développement national

F. Maspero, 1974, Petite Collection Maspero, 176 p.

ANDREFF, Wladimir; HAYAB, Abderrahman

"Les priorités industrielles de la planification algérienne sont-elles vraiment "industrialisantes?"

Revue Tiers Monde, Tome XIX, n° 76, Octobre - Décembre, 1978  
pp. 867-892

AURAY, Jean-Pascal; DURU, Gérard; ROUGEOT, Michel

"Peut-on définir de manière univoque l'industrie industrialisante?"

Revue Tiers Monde, Tome XXII, n° 87, Juillet - Septembre, 1981  
pp. 585-601

AZZOUZ, Amar

"Choix Technologique et Emploi"

Revue algérienne du Travail, n° 13, Février 1974, Alger, pp. 33-42

BENACHENOU, Abdelatif

"L'économie algérienne entre l'autonomie et la dépendance"

Revue d'Economie Industrielle, n°14, 1980, pp. 212-218

BENISSAD, M. E.

L'Economie Algérienne Contemporaine

P.U.F. 1980, Collection Que Sais-Je, 127 p.

BOURENANE, Nourredine Mohamed

"Evolution récente de l'agriculture algérienne 1962-1982"

Les Temps Modernes, n° 432-433, Juillet - Aout, 1982, pp. 80-105

CECCONI, Osiris

"Rapports de l'économie et du politique dans la croissance de l'agriculture: le cas de l'Algérie"

L'Homme et la Société, n° 33-34, Juillet - Décembre, 1974, pp.89-110

CHIKHI, Saïd

"La Classe Ouvrière Aujourd'hui en Algérie"

Les Temps Modernes, n° 432-433, Juillet - Août, 1982, pp. 57-79

CONSEIL ÉCONOMIQUE ET SOCIAL

"Les Problèmes de l'Economie Algérienne"

Problèmes Economiques, n° 1854, 28/12/83, pp. 15-24

DE BERNIS, G. Destanne

"Industries industrialisantes et contenu d'une politique d'intégration régionale"

Economie appliquée, Tome XIX, n° 3-4, 1966, pp. 415-473

DECLERC, François (organizador do dossier)

Algérie: Bilan de Huit Années d'Indépendance

Notre Combat, n° 43, Octobre 1970, Paris, 43 p.

DOMAR, E.

"A soviet model of growth"

in Essays in Theory of Economic Growth

1957, Oxford University Press, pp. 223-61

DUARTE, Jaime Tavares

Notas sobre a Agricultura na Argélia Independente

INIA, Oeiras, 1976 19 p.

ELLMAN, Michael

Socialist planning

Cambridge, Ed. Cambridge University Press, 1979, 300 p.

ELSENHANS, Hartmut

"Capitalisme d'Etat en Société Bureaucratique de Développement"

Révue Etudes Internationales, vol. XIII, n° 1, Mars 1982, pp. 3-21

ERNST, Dieter

"Une politique technologique autocentrée: problèmes fondamentaux"

Revue Internationale des Sciences Sociales, vol. XXXIII, n° 3, 1981

16 p.

GALLISSOT, René

"Les classes sociales en Algérie"

L'Homme et la Société, n°14, Oct. Nov. Déc. 1969, pp. 207-225

GERMIDIS, Dimitri

Le Maghreb, la France et l'enjeu technologique

Edition Cujas, Paris, 1976, 219 p.

ILMANE, Mohammed-Chérif

Internationalisation du Capital et Industrialisation du Tiers Monde

- Un essai de reformulation de la problématique du sous-développement à travers l'exemple algérien

Louvain, 1981, 337 p.

JUDET, Pierre

"L'économie algérienne et la logique de l'indépendance"

Le Monde diplomatique, Février 1979

KRONER, Dieter H.

"Algérie: l'échec d'un modèle de développement et le retour au réalisme économique"

Problèmes Economiques, n° 1874, 16 Mai 1984, pp. 27-32

LIABES, Djillali

"Sur la bourgeoisie privée"

Les Temps Modernes, n° 432-433, Juillet - Aout, 1982, pp. 109-131

LUCAS, Philippe

"Réforme Agraire en Algérie"

L'Homme et la Société, n° 27, Jun. Fev. Mars, 1973, pp. 131-142

MICHALET, Charles-Albert

Le défi du développement indépendant

Paris, Rochevignes, 1983

NAÏR, Kuider Sami

"Algérie, 1954-1982: Forces Sociales et blocs au pouvoir"

Les Temps Modernes, n° 432-433, Juillet - Aout, 1982, pp. 11-33

OCDE

Endettement extérieur des pays en développement (Etude 1982)

Paris, 1982, VII + 127p.

YACHIR, F.

"Formes d'importation de Technologie et Développement Auto-centré: l'expérience du secteur publique industriel en Algérie"

in Technologie et Industrialisation en Afrique, editado por Yachir, F.. Codesria Book Series, Dakar, s/d, pp. 228-281

10/10

10/10

ISE

SE

€